

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

**DESIDENTIFICAÇÕES DE GÉNERO: DISCURSOS E PRÁTICAS**

**Ana Rita Guerra Grave**

Junho, 2016

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira** (FPCEUP) e pelo **Doutor João Manuel Calhau de Oliveira** (ISCTE).

## AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado realidade. Às pessoas que fizeram parte desta jornada deixo apenas algumas palavras, poucas, mas um sentido e profundo agradecimento.

À *Professora Doutora Conceição Nogueira* e ao *Doutor João Manuel de Oliveira* agradeço profundamente pela orientação cuidada, atenta e exigente, pela dedicação, pelo amparo e pelo constante desafio e incentivo. Expresso a minha gratidão por todas as aprendizagens, pelos desafios instigantes, por acreditarem sempre ser possível.

Ao *Doutor Nuno Carneiro* que, em alguns momentos, fez também parte desta jornada, com palavras de incentivo e encorajamento sempre tão motivadoras e cruciais para a concretização deste trabalho. Um especial agradecimento pelo cuidado, pela disponibilidade, pelas ajudas e por ser genuinamente tão boa pessoa.

À *Liliana Rodrigues* é com estima que agradeço pela amizade, pela compreensão, pela ajuda e pelas palavras certas nos momentos certos. Um profundo agradecimento por mergulhar comigo e nunca me deixar afogar.

À *Doutora Sara Magalhães* que fez também parte deste caminho com contributos muito importantes e um apoio fulcral. Um sentido agradecimento pela disponibilidade e por nunca hesitar em ajudar, independentemente do dia ou da hora.

À *Marta Fonseca* por ser amiga e companheira, por estar sempre presente, por já nem ser preciso dizer e bastar olhar. Expresso o meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional e pelo contributo essencial para a concretização desta dissertação e muito mais. Muito obrigada.

À *Joana Dias Antunes* pela amizade, por me compreender tão bem, pelas escutas ativas tão valiosas e pelo inestimável apoio e disponibilidade. Agradeço profundamente todas as ajudas fulcrais na reta final desta dissertação.

À *Teresa Teixeira* é com grande apreço que agradeço pela amizade, pela cumplicidade, pela disponibilidade e pela compreensão. Por todas as dúvidas esclarecidas, dicas e palavras de incentivo expresso um profundo agradecimento.

Às minhas queridas amigas *Sofia Guichard, Rossana Fonseca e Luísa Carneiro* agradeço pelas ajudas tão importantes na fase final desta investigação. Pelo carinho e pelo apoio, muito obrigada.

Ao *João Peixoto*, ao *Renato Oliveira*, à *Fátima Ruiz* e ao *Professor Doutor Rui Ramos* muito agradeço pela disponibilidade com que me ajudaram nas últimas revisões deste trabalho, um sentido e profundo agradecimento.

Às amigas e aos amigos, *Inês Tavares, Nuno Cabeceiras, Sofia Jamal, Mariana Melo, Lígia Parodi, Joana Vilares, Humberto Alves, Catarina Costa, Joana Cruz e Inês Freitas* pelas partilhas, pelas ajudas e pelos incentivos o meu profundo agradecimento.

Aos/às *colegas de Seminário* que acompanharam e fizeram também parte deste processo expresso o meu agradecimento.

Ao meu amigo *Hernâni* agradeço com especial carinho pela amizade e pela sua presença assídua na minha vida. Manifesto um sentido agradecimento por estar sempre presente e disponível, por me amparar sempre que preciso, por me ajudar incondicionalmente, por me compreender tão bem e como ninguém. Expresso a minha profunda gratidão por todo o contributo essencial para concretizar este trabalho. Obrigada por tudo.

Ao *Hugo* é com enorme carinho, apreço, estima e consideração que expresso a minha eterna gratidão pela presença incansável e pelo apoio ao longo do desenvolvimento da investigação. Expresso o meu profundo agradecimento por preencher todas as lacunas e eliminar todas as variáveis que pudessem interferir ao longo deste período. Agradeço o cuidado incondicional, assíduo e pontual nas maiores aflições e necessidades. Manifesto o meu sentido agradecimento pelo amparo e apoio constantes. Por tudo e por tanto, muito obrigada.

Ao meu *pai* e à minha *mãe* por serem os melhores pai e mãe do mundo. Agradeço profundamente pelo apoio incondicional, pela compreensão e por me darem o mundo. Por tudo... muito obrigada.

À *Bia* agradeço profundamente a educação cuidada, o carinho, os valores tão preciosos que nunca me abandonaram. Por tanto... muito obrigada.

Aos *amigos* e às *amigas* que compreenderam as minhas ausências expresso o meu sentido agradecimento.

Aos/às restantes *familiares* pela preocupação e pelo encorajamento constantes... muito agradeço.

Às *queridas pessoas que participaram no estudo* o meu profundo e sentido agradecimento pela oportunidade, pela honra e pelo privilégio em participar nas suas vidas. Pela receptividade com que abriram as portas das suas existências, pela oportunidade de incursão nas suas vivências tão preciosas. Por me terem ensinado tanto... muito obrigada.

## Resumo

O processo de normalização (Foucault, 1979) instiga a organização social a interpretar os corpos humanos segundo um sistema de género binário e heteronormativo (Butler, 1999). Pessoas que se expressam em não conformidade com o sistema “sexo e género” apresentam propostas de alterações face à ordem social como diversas possibilidades *queer* (Butler, 1993). Adotando uma leitura crítica e reflexiva de significados pessoais e sociais, este trabalho procura refletir o género na sua construção social, explorar a performatividade do conceito e dissecar a diversidade das suas expressões.

Este estudo, de carácter exploratório, tem como principal objetivo compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam o(s) seu(s) género(s). Para a concretização desta investigação foram realizadas oito entrevistas a pessoas com expressões de género não normativas, recorrendo ao método interpretativo narrativo biográfico (Wengraf, 2015). Os discursos dos/as participantes foram sistematizados através da análise temática de dados qualitativos (Braun & Clarke, 2006) tendo emergido três temas principais e sete subtemas organizados da seguinte forma: o tema resistências subdivide-se em dois subtemas: a inconformidade com as normas e a desconstrução do género; o tema contexto social concilia os subtemas: espaço público, os/as outros/as e adaptações; finalmente, o tema subjetividades contempla os subtemas sofrimento e luta. Todos os elementos da análise, numa rede de interligações, representam a desidentificação de género.

Das principais conclusões destaca-se a forma como a diversidade de experiências conflui com os processos de resistência *queer* propondo a desconstrução do género. As desidentificações de género (Muñoz, 1999) são refletidas como o limbo da normatividade, consequência da extensão pessoal e social da conceção e performatividade de género não normativas (Butler, 2004). Daqui foram avançadas as implicações práticas, refletidas as limitações deste estudo e propostas algumas sugestões para investigação futura.

**Palavras-chave:** género, normas, *queer*, performatividade, (não) normatividade, desidentificação, diversidade.

## **Abstract**

The normalization process (Foucault, 1979) instigates an interpretation, by the social organization, of human bodies according to a binary gender and heteronormative system (Butler, 1999). People nonconforming with the "sex and gender" system propose changes addressing the social order as many queer possibilities. Adopting a critical and reflective reading of personal and social meanings, this paper seeks to reflect gender in its social construction, exploring the concept of performativity and dissecting its expressions diversity.

This is an exploratory study that aims to understand how people with non-normative gender expressions live, feel and experience their gender(s). For the achievement of this research eight interviews were conducted with people with non-normative gender expressions, using the biographical-narrative interpretive method (Wengraf, 2015). The speeches of the participants were organized through thematic analysis of qualitative data (Braun & Clarke, 2006), having emerged three main themes and seven organized subtopics as follows: the topic resistance is divided into two sub-themes: the nonconformity with the norms and the deconstruction of gender; the theme social context reconciles the sub-themes: public space, the others and adjustments; finally the theme subjectivities includes the subtopics suffering and struggle. All the elements of the analysis, in an interconnection network, represent the gender disidentification (Butler, 1993).

From main conclusions stands out how the diversity of gender experience converges with queer resistance processes, proposing the deconstruction of gender. The gender disidentifications (Muñoz, 1999) are reflected as the limbo of normativity, a result of personal and social framing extension and non-normative gender performativity (Butler, 2004). From here were advanced the practical implications, reflected the limitations of this study and proposed some suggestions for future research.

**Keywords:** gender, norms, queer, performativity, non-normativity, disidentification, diversity.

## Résumé

Le processus de normalisation (Foucault, 1979) stimule l'organisation sociale à interpréter les corps humains selon le système binaire et hétéronormatif (Butler, 1999). Des gens qui s'expriment non conformément au système "sexe et genre" présentent des propositions d'altérations face à l'ordre sociale comme plusieurs possibilités *queer* (Butler, 1993). En adoptant une lecture critique et réflexive de significations personnelles et sociales, ce travail prétend réfléchir sur le genre dans sa construction sociale, explorer la performativité du concept et analyser la diversité que prennent ses expressions.

Cette étude, ayant un caractère exploratoire, a comme objet principal de comprendre comment les personnes présentant des expressions de genre non normatives vivent, sentent et expérimentent leur(s) genre(s). Pour la mise en œuvre de la présente recherche huit entretiens ont été réalisés avec des gens ayant des expressions de genre non normatives, tout en utilisant la méthode interprétative narrative biographique (Wengraf, 2015). Les discours des participants ont été systématisés par une analyse thématique des données qualitatives (Braun & Clarke, 2006), dont trois thèmes principaux et sept sous-thèmes ont émergé qui ont été organisés de la façon suivante: le thème résistances se sous-divise en conformité aux normes et déconstruction de genres; le contexte social concilie les sous-thèmes espace public, les autres et les adaptations; finalement, les subjectivités intègrent les sous-thèmes souffrance et lutte. Tous les éléments de l'analyse, dans un réseau d'interconnexions, représentent la désidentification de genre.

Des conclusions principales on peut en détacher une qui permet d'observer comment la diversité d'expériences conflue avec les processus de résistance *queer*, en proposant la déconstruction de genre. Les désidentifications du genre (Muñoz, 1999) sont réfléchies comme des limbes de la normativité, conséquence de l'extension personnelle et sociale de la conception et performativité de genre non normative (Butler, 2004). Ainsi, les implications pratiques ont été avancées, les limitations de cette étude ont été examinées et proposées quelques suggestions pour une recherche future.

**Mots-clés:** genre, normes, *queer*, performativité, (non) normativité, désidentification, diversité.



## Índice

Introdução .....	1
1.Enquadramento Teórico .....	4
1.1 Fazer o(s) género(s) com... Construções sociais, feminismos e interseccionalidades. ....	4
1.2 As masculinidades femininas e as feminilidades masculinas.....	9
1.3 <i>Queer</i> : o género humano .....	11
1.4 O (não) lugar dos estilos de género(s) não normativos .....	17
2. Metodologia.....	20
2.1 Participantes .....	20
2.2 Método de recolha dos dados .....	21
2.3 Método de análise de dados.....	22
3. Análise e Discussão dos Resultados.....	24
3.1 Resistências .....	25
3.1.1 Inconformidade com as normas.....	26
3.1.2 Desconstrução do género.....	28
3.2 Contexto social .....	31
3.2.1 Espaço público.....	32
3.2.2 Os/as outros/as.....	35
3.2.3 Adaptações .....	39
3.3 Subjetividades.....	42
3.3.1 Sofrimento .....	42
3.3.2 Luta.....	44
4. Conclusões.....	47
Referências Bibliográficas.....	54
Anexos.....	62

## **Índice de Anexos**

Anexo 1. Apresentação do Projeto de Investigação .....	63
Anexo 2. Roteiro de Suporte à Condução da Entrevista .....	64
Anexo 3. Declaração de Consentimento Informado.....	67
Anexo 4. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 1 .....	68
Anexo 5. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 2 .....	69
Anexo 6. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 3 .....	70
Anexo 7. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 4 .....	71
Anexo 8. Mapa Temático da Análise Detalhado .....	72

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Caracterização dos/as participantes .....	21
---	----

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Mapa temático da análise .....	25
--	----

## Introdução

O género é um conceito cuja história conta um percurso de experiências atribuladas (Oliveira, 2012). Na sua origem está inerente o paradoxo da “correção” dos corpos considerados ambivalentes (Butler, 2004) em compromisso com a institucionalização de uma ordem anterior à experiência pessoal e humana (Oliveira et al., 2009). O género é um constructo que passou pelas explorações feministas provocadoras de mudanças nos pressupostos teóricos e metodológicos da representação do sexo feminino (Saavedra & Nogueira, 2006). É também uma assunção que se encontrou com as interseccionalidades e multidimensionalidades das experiências vividas (Crenshaw, 1989). O género configura-se como uma noção que acompanha as novas teorizações do movimento pós-estruturalista, sendo que deixa de ser compreendido como um atributo e passa a ser percebido como uma prática, isto é, algo que se faz e não uma propriedade que se tem (Butler, 1999). Assim, o género é performativo, sendo essa mesma performance que o faz (Butler, 1999, 2004).

Este é um estudo exploratório de vivências e experiências no âmbito dos desafios às expressões normativas de género. Por expressões normativas de género entendem-se os mecanismos através dos quais as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas a par das formas intersticiais, hormonais, cromossómicas, físicas e performativas que o género assume conforme o sexo correspondente (Butler, 2004).

Neste trabalho, perspetivam-se vivências de pessoas cujos estilos de género desafiam as normas orientadoras do sistema “sexo e género” (Butler, 1999, 2004), sendo que afigura-se como questão de investigação a seguinte: De que modo é que as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam o(s) seu(s) género(s)? Trata-se de uma questão de partida para a investigação, através da qual se intenta alcançar significados e o modo como as pessoas constroem o sentido das suas experiências (Willig, 2010). Por conseguinte, organizam-se como principais objetivos da investigação os apresentados em contiguidade: (i) Compreender de que forma é concetualizado e vivido o conceito *género* por pessoas com expressões de género não normativas; (ii) Aceder ao modo como as pessoas com expressões de género não normativas experienciam o(s) seu(s) género(s) na relação com o mundo social; (iii) Perceber as principais razões das pessoas com expressões de género não normativas para desafiar as normas de género binárias.

Por convergir com uma epistemologia pós-estruturalista, este estudo é resistente às pretensões do conhecimento, rejeita a verdade absoluta, prefere o plural em detrimento do singular, pelo que enfatiza a multiplicidade e a variedade de formas de vida dependentes dos contextos. Esta investigação rejeita o essencialismo e opõe-se às “descobertas científicas” que conjecturam uma “realidade” estável à espera de ser revelada através de observações e análises positivamente científicas (Nogueira, 2001a).

A orientação desta investigação é direcionada para as relações e para práticas sociais, afastando-se da natureza individualista das pessoas ou das sociedades (Gergen, 1994). Procura-se, neste estudo, explorar as construções sociais da multiplicidade de discursos inseridos numa história, numa cultura, numa política, num espaço, num conjunto de relações dinâmicas (Burr, 1995), partindo também de uma perspetiva construcionista social (K. J. Gergen & Gergen, 2011).

Neste trabalho, procura-se aceder a palavras da linguagem como dados de investigação, a significados localizados e contextualizados, à divergência e à diferença (Braun & Clarke, 2013). Nesta dissertação, a metodologia privilegiada é a qualitativa (Willig, 2010), valoriza-se o envolvimento dos/as investigadores/as com subjetividade e com reflexividade, sem fórmulas fixas de ação, recorrendo, sobretudo, à sustentada interpretação (Nogueira, 2001c).

Sendo o género percebido como ordem social (Nogueira & Saavedra, 2007), o papel que a linguagem ocupa na construção e difusão dessa ordem é substancial (Nogueira, 2001a). Aceder aos discursos e analisá-los constitui uma das formas mais eficazes para analisar o modo como o género e o poder são construídos e reconstruídos na nossa linguagem, assim como no nosso mundo social (Oliveira & Amâncio, 2006). Por conseguinte, no sentido de perceber as questões de género e o modo como os seus papéis têm sido construídos e vividos como a “realidade” e a “verdade”, adota-se, neste estudo, uma abordagem reflexiva e crítica na psicologia (Nogueira, 2011c), um posicionamento relativista crítico que permita contextualizar os debates e contrastes do mundo extenso e amplo das ciências humanas (Parker, 1998).

São aceites as propostas de João Oliveira e Lígia Amâncio (2006) para a adoção de uma epistemologia de conhecimentos situados recorrendo aos pressupostos fundamentais de uma abordagem psicológica crítica<sup>1</sup>. Considerando a contextualidade e a localização,

---

<sup>1</sup> Por se tratar de um trabalho feminista crítico (Oliveira, 2010b), serão, sempre que possível, apresentados os primeiros nomes dos/as autoras/es cujos trabalhos são citados na presente dissertação.

rejeita-se o universalismo e aceitam-se implicações políticas, numa dinâmica onde é impossível haver neutralidade (Neves & Nogueira, 2004).

Neste estudo, propõe-se a compreensão da qualidade e da textura dos ensaios pessoais e o distanciamento de quaisquer relações de causa-efeito (Braun & Clarke, 2013). Através de entrevistas não estruturadas, recorrendo à metodologia BNIM: *Biographic-Narrative Interpretive Method* (Wengraf, 2004, 2015), o foco é essencialmente “understand ‘what it is like’ to experience particular conditions” (Willig, 2010, p. 8).

Esta dissertação está dividida em quatro secções, a saber: o enquadramento teórico, a metodologia, a análise e discussão dos resultados e as conclusões. No enquadramento teórico reflete-se o conceito *género* acompanhado pelos feminismos e pelas interseccionalidades. Na abordagem teórica é também explorada a diversidade das masculinidades femininas e das feminilidades masculinas, coexistentes num sistema de normas de género restritivo de liberdades de expressão diversas. Recorrendo à teoria *queer*, exploram-se as resistências hegemónicas e as desconstruções normativas do género, remetendo para um (não) lugar os diversos estilos de género(s) não normativos.

Na secção relativa à metodologia apresenta-se a caracterização das/os participantes e as escolhas metodológicas para a recolha e análise dos dados. A análise e discussão dos resultados expõe a narrativa interpretativa dos discursos das/os participantes, pelo que é exposto o conteúdo temático resultante da análise de dados e, transversalmente, são discutidos todos os elementos da decomposição analítica. Na última secção são apresentadas as principais conclusões extraídas deste estudo, assim como as suas implicações práticas, limitações e algumas sugestões para a investigação futura.

## 1. Enquadramento Teórico

### 1.1 Fazer o(s) género(s) com... Construções sociais, feminismos e interseccionalidades

“O género, do meu ponto de vista, é um rizoma. Pode ser desterritorializado e reterritorializado de múltiplas formas e com inúmeras invocações” (Oliveira, 2012, p. 51).

Foi no final dos anos 60 que surgiram as primeiras referências ao conceito *género*, na psicologia, através de estudos conduzidos por médicos e psiquiatras (Oliveira, 2012). Segundo Lígia Amâncio (2001), foram estudos que mostraram a autonomia e independência entre a “identidade psicológica” e o “sexo biológico”. O psiquiatra Robert Stoller, em 1968, fez referência a um conjunto de ações, emoções e sentimentos que sustentam a relação com os sexos, não estando necessariamente associados ao “sexo biológico” inscrito no corpo (Amâncio, 2001).

John Money<sup>2</sup>, psicólogo e sexólogo, realizou operações de “correção” de crianças intersexo e procedeu ao posterior condicionamento para a criação de uma “identidade psicológica” concomitante com a alteração cirúrgica (Oliveira, Pinto, Pena, & Costa, 2009). Money foi o autor que cunhou o conceito *género*, pelo que também distinguiu o género do sexo, referindo-se à pertença de indivíduos a grupos culturais considerados femininos ou masculinos. Desta forma, o género foi criado como uma ordem pré-existente à experiência humana, um guia para a conduta de modificação cirúrgica e hormonal de pessoas (Oliveira et al., 2009), um conceito equacionado tendo em conta a “boa” ou “má”, “normal” ou “anormal” genitália “feminina” ou “masculina” de crianças que inquietavam pela ambivalência (Kessler, 1990). Assim, o género é a norma que opera nas práticas sociais, isto é, um *standard* implícito de normalização (Butler, 2004).

Como resultado da ênfase atribuída às diferenças sexuais, o discurso da desigualdade foi produzindo categorizações e generalizações acerca de mulheres e homens, com conjuntos de atributos nos quais é depositada a crença da sua perfeita distinção e

---

<sup>2</sup> John Money compreende o conceito *género* como a “identidade psicológica”, um constructo socialmente aprendido pela socialização nos primeiros anos de vida e com as práticas parentais (Oliveira, 2012). Por considerar fundamental a importância da cultura e da socialização, Money recomendava práticas para a educação de crianças intersexo de acordo com o género atribuído medicamente (Butler, 2004). De notar que tal abordagem não é a valorizada neste estudo, pelo que a referência aos seus trabalhos se prende com a cunhagem conceptual do *género*.

definição (Nogueira & Saavedra, 2007). Estas categorizações foram criando as diferenças sociais entre os sexos que legitimaram diferentes posições na sociedade (Oliveira, 2012).

Pronunciamo-nos face a um género e à sua emergência, neste sentido importa destacar o contributo de Ann Oakley em 1972, com a obra *Sex, Gender and Society*, sendo a responsável pela introdução do conceito *género* na sociologia, pelo que, no seu significado original, o género mantinha o objetivo de mapear as perspetivas culturais sobre o corpo, remetia para o domínio das práticas e classificações sociais (Oakley, 1997).

Lúcia Amâncio (2001) explicou a constante utilização do género como um critério classificatório, um vulgar substituto de sexo, sendo que ambos os constructos continuam a manter relações de ambiguidade, quer pela utilização arbitrária, quer pela fusão dos conceitos (Amâncio, 2003). Acrescentamos que as “diferenças” entre homens e mulheres têm constituído o tema de estudo privilegiado da psicologia (Nogueira, 2001b). As explicações eleitas para o estudo das diferenças e semelhanças variam desde uma assunção biológica até à conceção relacional e de poder entre géneros (Oliveira, 2012). Luísa Saavedra e Conceição Nogueira (2006) explicaram os estudos de género e as posturas feministas através de três períodos principais que passaremos a enunciar com brevidade, acompanhando a evolução concetual do constructo em destaque.

No primeiro momento, iniciado nos finais do século XIX, a figura feminina está ausente ou desvalorizada, sendo um período de afirmação da ciência moderna, período em que a psicologia se afirma como “ciência”, com um modelo biológico e experimental, avaliam-se as diferenças individuais de pessoas racionais e autodeterminadas (Nogueira 2001c, 2012). As diferenças acentuam-se em detrimento da figura feminina e destacam a sua “fraqueza” ou “inferioridade” em oposição à “força” ou “superioridade” masculina (Saavedra & Nogueira, 2006).

O segundo momento, concernente aos anos 70 do século XX, é coincidente com a segunda vaga do feminismo onde o “pessoal passa a ser político” (Oliveira, 2010a). Acontece uma mudança significativa relativamente aos pressupostos teóricos e metodológicos acerca da representação do sexo feminino e da perceção de ciência. As mulheres integram a comunidade académica e as investigações denominam-se “psicologia da mulher” (Saavedra & Nogueira, 2006). Iniciam-se os estudos de género e questionam-se as generalizações abusivas de uma ciência que, até então, identificou o masculino como o humano (Collin, 1991). Estudam-se as diferenças mas também as semelhanças entre homens e mulheres (Nogueira, 2012).

É com o eclodir da segunda vaga do movimento feminista que as questões ligadas ao género e à sexualidade começam a ser repensadas (Nogueira 2001c, 2012). O contributo de Simone de Beauvoir é fundamental (Oliveira, 2010a). Com a célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1949/1967, p.9) a autora propõe a teoria das relações sociais edificadas no sexo social, um possível sinónimo de género (Oliveira, 2012), pelo que recusa a biologia como destino (Beauvoir, 1949/1967). A sua obra inicia a desconstrução do “sexo biológico” nas ciências sociais (Oliveira, 2010a), sendo que vem introduzir uma mudança importante no entendimento de género: é o sistema social, de constrangimentos educativos, legislativos, sociais e económicos que impõe o poder patriarcal e, por conseguinte, o papel que as mulheres devem assumir na sociedade (Collin, 1991). Para Beauvoir, é o dualismo homem-mulher que compõe a ideologia sobre a qual se constitui a dominação, sendo pela marcada oposição dos dualismos do sistema “sexo e género” que os homens se constroem como “sujeito” e as mulheres como “outro” (Oliveira, 2012), ou seja, o androcentrismo.

Também a psicóloga Betty Friedan com a obra de 1963, *A Mística Feminina*, trouxe importantes questões de destaque para o debate feminista no âmbito dos direitos das mulheres despersonalizadas e limitadas ao mundo das “donas de casa” (Nogueira, 2001c). Contudo, a proposta de Friedan está ancorada nos valores do feminismo liberal, exclusivamente heterossexual e branco (Oliveira, 2010a).

As teorizações de Kate Millett em 1971 introduziram o conceito de patriarcado com o feminismo radical (Oliveira, 2010a). Millett (1971) chamou a atenção para o domínio dos homens que não é determinado pela natureza biológica, mas sim pela cultura social. Foi Kate Millett (1971) quem introduziu o conceito *género* na teoria feminista, aproveitando os trabalhos de Robert Stoller.

Este momento, centrado na remoção dos enviesamentos sexistas, não questionou os fundamentos do método científico nem as crenças dos/as investigadores/as e dos/as investigados/as, pelo que impeliu estudos posteriores mais libertadores (Nogueira, 2011b).

O terceiro período, com início no final dos anos 80 do século XX, colocou em causa os pressupostos positivistas-empiristas dos momentos anteriores (Nogueira, 2012). Permitiu e permite a libertação de determinismos através da confluência de perspetivas epistemológicas (Nogueira, 2011b) que transversalmente acompanham este estudo. São as novas teorizações do movimento pós-moderno (Nogueira, 2001c, 2012). Deixa-se de “ter género” e passa-se a “fazer género” (Nogueira, 2003). Inaugura-se a questão da diversidade e do *antiessencialismo* (Nogueira, 2012).



Compreendendo os feminismos como uma política que procura repensar o humano a partir das “opressões das mulheres” (Nogueira, 2001b, 2001c, 2012), como um plural de processos de desconstrução (Butler, 2004) e como diversidades (Oliveira, 2010b), reconhece-se a sua importância na compreensão das questões de gênero (Oliveira & Amâncio, 2006). Encontram-se, nos trabalhos feministas pós-estruturalistas, a possibilidade de abordagens reflexivas e críticas de “categorias” que foram sendo inseridas nas leituras e nos discursos psicológicos de um modo positivista e científico (Nogueira, 2001b).

Foi nos feminismos que surgiu a resposta teórica vital para as questões da diversidade nas ciências sociais, a teoria da interseccionalidade (Nogueira, 2013). Tal só é possível quando é abandonado o espaço restrito, focado exclusivamente na mulher e nos seus direitos, para entender as multitudes contidas nas pessoas (Oliveira, 2010b).

A teoria da interseccionalidade surge com a crítica elaborada pelas mulheres negras face ao essencialismo feminista convencional, pois não se sentiam representadas na agenda política de certas lutas do feminismo liberal protagonizado por Betty Friedan, por exemplo (Nogueira, 2013). Kimberlé Crenshaw foi a impulsionadora da teoria da interseccionalidade, tendo enfatizado a multidimensionalidade das experiências vividas pelos sujeitos marginalizados (Crenshaw, 1989). Neste âmbito, anula-se a percepção de “identidade” como a soma cumulativa de pertencas, esta passa a ser percebida como o cruzamento incorporado de todas as facetas identitárias (Nogueira 2013). Teorizam-se opressões e privilégios como estatutos fluídos e dinâmicos, permeáveis à mudança e dependentes de localizações, contextos e culturas (Crenshaw, 1989).

Por ser pós-moderna, pós-estruturalista, *antiessencialista* e *anticategorização*, num entendimento de desconstrução e de pluralidades, a teoria da interseccionalidade elimina a ideia da existência de uma “essência” do homem e da mulher (Nogueira, 2011c). Assim, percebe-se a pessoa não como o resultado da soma das categorias de pertença, mas como pessoa “embrulhada” em condições fundidas, nunca passíveis de serem isoladas (Nogueira, 2013). Desta forma, o sexo e o gênero não constituem variáveis simples que se incorporam em equações, são, pelo contrário, fatores complexos que requerem atenção cuidada (McCall, 2005).

A tendência do entendimento comum enfatiza o binarismo das categorias sociais sexo e gênero: é suposto que existam homens e mulheres, masculinos e femininas respetivamente (Amâncio, 2001). Por conseguinte, “ser pessoa” pode implicar a aprovação e integração das distinções de gênero consideradas normativas para cada “sexo” e para

cada cultura (Amâncio, 1994). Assim, acontece que não haja lugar social para pessoas que não fazem o género homem nem fazem o género mulher (Amâncio, 2004; Connell, 1987; Nogueira, 2003).

Importa destacar que reconhecer a diversidade de género não implica, obrigatoriamente, negar as diferenças entre homens e mulheres (Nogueira, 2013). Nega-se a conceção de género como atributo imutável e nega-se a conceção de género como extensão cultural do sexo biológico e cromossómico (Spargo, 1999). Não obstante, as diferenças são múltiplas, assim como as experiências de vida, pois o género não é um atributo interno estável e constante, é um saber da sociedade (Nogueira, 2013), é o processo de naturalização social (Butler, 1999), de regulação e de normalização (Butler, 2004), ou seja,

Gender is not exactly what one “is” nor is it precisely what one “has.” (...) Gender is the mechanism by which notions of masculine and feminine are produced and naturalized, but gender might very well be the apparatus by which such terms are deconstructed and denaturalized. (Butler, 2004, p. 42)

O género é performativo, diz respeito a um conjunto de atos e gestos socialmente construídos, pelo que a “realidade” de género é produzida como uma “essência” interior. Contudo, tal “essência” é somente o efeito de um discurso social, de normas e regulações, que ditam comportamentos, atitudes, gostos e desejos que, por conseguinte, criam a ilusão de existir um núcleo interior impulsionador de género (Butler, 1999). Esse núcleo não existe, só existe o seu holograma, o guião de conduta para a existência dos nossos corpos *genderizados* (Butler, 1999). Existe a experiência discursiva social que (nos) regula e é orientada por uma narrativa hegemónica, baseada nas estruturas polarizadas que pressupõe o sexo binário e a heteronormatividade<sup>3</sup> (Femenías, 2003).

Sistematizando, o género inclui as normas mas também a resistência face às mesmas. O género é um ato intencional e performativo, onde *performativo* implica uma construção contingente de significado, o efeito produzido nos corpos pelas suas estilizações, os seus gestos, os seus comportamentos (Butler, 1999).

---

<sup>3</sup> O termo *heteronormatividade* foi proposto por Michael Warner (1991). Trata-se de um conjunto de prescrições de regulação e controlo, inscritas nos processos sociais, o fundamento social contemporâneo, a norma das relações humanas (Berlant & Warner, 2002; Spargo, 1999).

## 1.2 As masculinidades femininas e as feminilidades masculinas

“É-se o que social e culturalmente se constrói como possibilidade de ser ‘homem’ ou ‘mulher’, em função de uma construção linguística que demarca, ela própria, o ‘masculino’ do ‘feminino’” (Carneiro, 2009, pp. 147, 148).

É socialmente que acontece a construção dos corpos, assim como o que se faz com eles e a partir deles (Bourdieu, 1998/1999). Sabemos que o género não é uma essência, mas sim um constructo social, um conjunto de rituais, que repetidos, vão criando mitos sociais denominados masculinidade e feminilidade (Penedo, 2008). As normas de género correspondem a expectativas sociais, a comportamentos apropriados para determinados sujeitos *genderizados*, reproduzidas pelas instituições e pelas práticas sociais (Butler, 1999, 2004). Tais normas produzem masculinidades e feminilidades em termos bipolares, marcando as suas diferenças e inscrevendo-as na “natureza humana” (Oliveira, Costa, & Carneiro, 2014). Muito embora seja crescente a reflexão crítica sobre o género, está ainda presente e vigente um discurso hegemónico e essencialista que fabrica dimorfismos (Segal, 1999).

Os mitos sociais aos quais atribuímos os termos masculino e feminino correspondem às diferenças que tendem a distinguir os homens entre eles e as mulheres entre elas, dependentes da mobilização de saberes e de significados socialmente construídos, que auxiliam na interpretação da “realidade” e na orientação das práticas sociais (Amâncio, 2004). No mundo das relações pessoais, de distinções e de subordinações, o grupo das feminilidades tende a estabelecer a ligação com o grupo das masculinidades, sendo o segundo, geralmente, o “dominante”; no grupo das masculinidades as ligações tendem a ser estabelecidas com outras masculinidades (Amâncio, 2004). O “organizador central” das relações sociais é, tendencialmente, a *masculinidade hegemónica*<sup>4</sup> que pode ser definida como a configuração de género, construída em relação às respostas culturais e atuais concernentes ao sistema do patriarcado, pelo que sustenta a posição “dominante” do grupo masculino em oposição ao feminino (Connell, 1987).

---

<sup>4</sup> *Hegemonia*, termo proposto por António Gramsci, em referência à dinâmica cultural, na qual um grupo sustenta uma posição de liderança na vida social (Connell, 1995). O termo ganha extensão com Raewyn Connell (1995) e as adições relativas ao domínio alcançado pelo balanço de forças entre grupos, isto é, a subordinação dos “outros”.

A feminilidade, por sua vez, não parece ser capaz de assumir tal posição de hegemonia equivalente, uma vez que a ordem de género tende a ser estabelecida em torno da “dominação”, pelo que não dá espaço para muitas diferenciações no grupo feminino (Amâncio, 2004). Não obstante, no domínio das relações sociais, as formas de feminilidade são definidas com clareza, assim expõe Lígia Amâncio (2004). É a subordinação ao grupo masculino que parece constituir o pilar essencial de diferenciação, com conformidade, orientação e acomodação face aos interesses e aspirações do grupo “dominante” (Marques, 2011). Esta agência do feminino foi denominada por Raewyn Connell (1987) como *feminilidade enfatizada*. Contudo, outras formas ganham força, definidas pelas estratégias de resistência, são as formas da não conformidade, assim como da não subordinação (Connell & Messerschmidt, 2005).

Por definição e oposição à *masculinidade hegemónica* podem coexistir particulares relações de dominância e subordinação, as *masculinidades subordinadas* (Almeida, 1995; Connell, 1995). Tais relações de subordinação só fazem sentido numa organização social de normas de género binárias, autoritárias e redutoras, que produzem pessoas “estranhas”, “subversivas” ou “inexistentes” como todos/as aqueles/as que se afastam de uma conceção e performatividade normativa de género (Butler, 1999, 2004). Ou seja, a *masculinidade hegemónica* assemelha-se a um “olhar avaliativo de feminilidade, mas igualmente vigilante de expressões da masculinidade, um verdadeiro *big brother* orwelliano da ordem social de género” (Amâncio, 2004, p. 23). A hegemonia masculina concretiza, sobre as pessoas cujo sexo atribuído à nascença foi o masculino, o controlo através da socialização pela imposição de uma agência que implica o afastamento daquilo que é considerado feminino (Almeida, 1995; Marques, 2011). Assim, “na socialização masculina, para ser homem, é necessário não ser associado a uma mulher” (Welzer-Lang, 2001, p. 465), pelo que as *masculinidades subordinadas* serão produzidas socialmente e discursivamente como inferiores, controladas, oprimidas e subjugadas (L. F. O. Santos, 2009).

Na socialização feminina é notável uma maior permeabilidade nas fronteiras dos comportamentos e expressões de género (Amâncio, 1994). As subversões no género feminino tendem a ser mais facilmente toleradas do que as subversões no género masculino, por não existirem normas tão rígidas nas feminilidades como são as das masculinidades (Halberstam, 1998). E como tendencialmente a feminilidade é percebida em relação de inferioridade face à masculinidade, a pressão social para permanecer na “categoria feminina”, exercida nas pessoas com sexo feminino designado à nascença, é praticada em diferente nível quando comparada com a pressão social para permanecer na

“categoria masculina”, exercida nas pessoas com sexo masculino atribuído à nascença. Tal organização social acontece pois a categoria expectável para o universo das masculinidades é hegemónica e “dominante” (Connell, 1987). Não obstante, quando as normas de género são quebradas e exibidas masculinidades femininas, assim como feminilidades masculinas, será grande a probabilidade das pessoas com expressões de género não normativas se tornarem alvo de estigma e sanção social (Schippers, 2007).

Importa ressaltar que as masculinidades são não só diversas mas também dinâmicas, pelo que a existência de uma autoridade cultural chamada *masculinidade hegemónica* não implica que todas as pessoas cujo sexo atribuído à nascença foi o masculino sigam ou tentem (e/ou queiram) seguir a regra, nem tão pouco significa que os que não a sigam sejam inevitavelmente os subordinados, ou que outros/as subordinem invariavelmente (J. Swain, 2006). As masculinidades, assim como as feminilidades, não são atributos rígidos dos corpos masculinos e femininos (Carneiro, 2009), pelo que existe um vasta gama de possibilidades para fazer as diversas masculinidades e feminilidades, dependentes de contextos, histórias, culturas e respetiva fluidez (Oliveira et al., 2014). Nesta dissertação, os atributos masculinos e femininos, assim como as relações socialmente estabelecidas na forma de *masculinidade hegemónica*, não são percebidos como fixos e imutáveis, pelo contrário, percebem-se as relações dinâmicas e as multitudes de experiências de masculinidades e feminilidades (Connell & Messerschmidt, 2005).

Desta forma, destacamos a plasticidade dos conceitos *masculino* e *feminino* como a premunção da recusa essencialista relativa à fixidez identitária “homem” ou “mulher” (Butler, 2004) e deslocamo-nos para um posicionamento teórico que atua contra a normalização dos corpos (Louro, 2001). Dirigimo-nos para uma mudança epistemológica que rompe com a lógica binária dos géneros e orientamo-nos para que seja possível a celebração da diversidade de géneros humanos (Butler, 2004). As masculinidades femininas e as feminilidades masculinas são a resistência *queer* perante o sistema de género hegemónico (Nguyen, 2008).

### 1.3 *Queer*: o género humano

“Genders can be neither true nor false, neither real nor apparent, neither original nor derived. As credible bearers of those attributes, however, genders can also be rendered thoroughly and radically incredible” (Butler, 1999, p. 180).

Num percurso e processo de ir e voltar, procuramos apresentar as principais teorizações e respetivos/as autores/as que contribuíram para a emergência, desenvolvimento e ressonância da teoria *queer*. Iniciamos a nossa viagem com os feminismos.

Precedente a teorizações *queer*, em alturas de críticas e de combates à hegemonia da sexualidade, do género, da classe e da “raça”, o feminismo radical lésbico, como teoria e prática (Nogueira, 2001b), traz considerações de significativa importância para as desconstruções do género, desde o reconhecimento da sexualidade como construção social, à heterossexualidade institucionalizada como geradora da opressão das mulheres (Echols, 2003). Discutindo, questionando e cruzando o sexo e o género, o feminismo lésbico coloca em causa o padrão social heteronormativo: afinal, as lésbicas não são mulheres (Oliveira, 2010b)? Encontra-se a resposta com uma das feministas mais influentes do feminismo lésbico que levantou a questão respondendo: não há nenhum sexo, apenas há um sexo oprimido e outro que oprime, sendo a opressão que cria esse mesmo sexo (Wittig, 2006). É esta a premissa de Monique Wittig, cujas teorizações contribuíram para as ruturas do essencialismo e para a compreensão da emergência da teoria *queer* (Oliveira, et al., 2009). A autora propôs desconstruções categoriais, chamou a atenção para as categorias “mulher” e “homem” como políticas do patriarcado e não como grupos naturais, sugeriu a desconstrução do pensamento heterossexual e a desconstrução do constructo “mulher” para evitar a dominação que a “categoria” feminina inevitavelmente transporta (Wittig, 2006).

É nas décadas de 70 e 80 do séc. XX, sobretudo com Monique Wittig e o feminismo lésbico, que as questões de opressão da sexualidade se cruzam com a opressão de género (Oliveira, et al., 2009). São introduzidas ruturas no pensamento feminista tradicional e denuncia-se o heterossexismo do domínio político e a organização social do patriarcado (Oliveira, 2010b). Assim, o mérito de principiante é atribuído às teorias feministas pós-estruturalistas que ensinaram a teoria *queer* a dar os primeiros passos (Oliveira, et al., 2009). *Queer* viaja no tempo e sofre uma metamorfose, de insulto à descrença perante as perspetivas essencialistas das “identidades” (Clarke, et al., 2010) que passam a ser uma construção em permanência (T. N. Swain, 2001), um processo sem margens e sem limites que abre caminho para a multiplicidade (Goldman, 1996).

A teoria *queer* foi introduzida por Teresa de Lauretis, tendo concretizado o género como simultaneamente uma tecnologia e o seu produto: género como a representação de uma relação social, como uma construção que é tanto o resultado como o processo da sua

representação (Oliveira et al., 2009). A autora distinguiu o género da diferença sexual, promovendo a desconstrução do laço outrora estabelecido (Oliveira, 2010b). Inspirada nas teorizações *foucaultianas* relativas à “tecnologia do sexo” (Foucault, 1976/1994), De Lauretis (1987) incorporou, na tecnologia de género, as técnicas e as estratégias discursivas através das quais vai sendo construído o (nosso) género (De Lauretis, 1987). Assim, o corpo é a matéria sobre a qual se exercem diferentes tipos de poder (Penedo, 2008), pelo que “os mecanismos de poder dirigem-se ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, ao seu vigor, à sua capacidade de dominar ou à sua aptidão para ser utilizada” (Foucault, 1976/1994, p. 149). Desta forma, o género é um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais (De Lauretis, 1987).

Donna Haraway desconstruiu as noções essencialistas que uniformizam (Oliveira et al., 2009). Para Haraway (2000), não existe a essência de “ser mulher”, nem tão pouco tal situação. “Ser mulher” trata-se de uma categoria altamente complexa, construída através de discursos científicos sexuais e outras práticas sociais (Oliveira, 2010b). O género passa de atributo previamente formado a relação entre categorias de homens e mulheres em múltiplas classes, gerações, nações, cores, entre outros e outras (Haraway, 2000).

A figuração utilizada por Donna Haraway (2000), organismo cibernético, desafia os discursos entre a ciência e a tecnologia (Oliveira, 2010b). O organismo cibernético caracteriza-se como um híbrido de máquina e organismo, é a fusão da “realidade” social com a criatura de ficção (Salomé, 2009), é o corpo do reino das quimeras (Foucault, 1980). O ciborgue é uma matéria da ficção, mas também da experiência vivida, é uma imagem que pode significar quer a construção, quer a desconstrução de máquinas, de “identidades”, de categorias, de relações, de narrativas espaciais, ou seja, é uma saída de emergência do labirinto de dualismos que explicam os nossos corpos (Haraway, 2000). As consequências para o género conjeturam a sua interseção com “raça”, orientação sexual, cultura, classe, entre outras categorias que podem estar dentro ou fora do sistema “sexo e género” (Oliveira, 2010b).

A manobra de Michel Foucault (1976/1994) sobre o controlo e a modificação dos processos de vida constitui-se como a premonição da política ciborgue de Donna Haraway (2000), pelo que as teorizações de ambos iluminaram a compreensão *queer* sobre as “identidades” fraturadas, construídas, ficcionais, que organizam vidas em dois grupos: o masculino e o feminino (Oliveira et al., 2009; Oliveira, 2010b).

É de desconstruções que a teoria *queer* se compõe (A. C. Santos, 2006). A operação da desconstrução dicotômica, proposta por Jacques Derrida, revela a lógica ocidental e tradicional binária, na qual está implicitamente subjacente a definição de um determinado sujeito em função do seu lugar social, sendo “o outro” o seu oposto subordinado (Louro, 2001). De um ponto de vista *queer*, compreendendo que o poder opera através de “identidades sexuais” e de categorias, desconstruir e recusar qualidades identitárias é a chave para a resistência (Louro, 2001). Tal significa que não existem “critérios para membros *queer*” (Clarke, et al., 2010). *Queer* descreve uma diversidade de práticas críticas (Spargo, 1999) que recusam a fixidez de “identidades” e denunciam a ordem de género heterossexual, são uma estratégia de resistência (Oliveira & Nogueira, 2009).

Importa destacar o contributo de Eve K. Sedgwick, cuja proposta incorpora um quadro epistemológico de leitura de estudos gays e lésbicos a partir de dois eixos: o eixo do género e o eixo da definição da sexualidade (Oliveira, 2010a). A sua inspiração remonta à obra de Gayle Rubin que, em reação ao conservadorismo do feminismo cultural, consagrou a separação entre o feminismo e o estudo da sexualidade (Oliveira et al., 2009). As tensões entre estas duas extensões permitem compreender que a constituição do campo *queer* corresponde à opção de um modelo não identitário, relativamente a géneros e sexualidades, recusando o binarismo institucionalizado (Sedgwick, 1990).

Tal como Gayle Rubin, também David Halperin e Michael Warner empreenderam análises focadas na centralidade dos mecanismos sociais, relacionados com a operação do binarismo heteronormativo como organizador da vida social contemporânea, pelo que propuseram alternativas críticas e políticas do conhecimento da diferença (Oliveira, 2010b).

A viagem prossegue e deparamo-nos, de seguida, com uma autora de significativa importância para a teoria *queer*, Judith Butler. “Para a autora, *queer* reporta-se à manipulação de significados em torno de um insulto e que passa a ser ressignificado” (Oliveira et al., 2009, p. 22). Para Butler (1993), o sexo não é uma imutabilidade da biologia, pelo que passa a ser estabelecido pelos dispositivos de produção de género. Por conseguinte, o género ultrapassa a distribuição de significados sobre a diferença biológica, é também um meio discursivo, através do qual se constitui a “naturalização” dos sexos. Assim, *queer* é um movimento que assume uma direção não esperada e que contesta as normas dominantes, um movimento que confere lugar social a grupos socialmente



marginalizados, como é o caso das pessoas com expressões de género não normativas (Butler, 1993).

Embora o termo *queer* contenha, nas suas origens, conceptualizações insultuosas que remetiam à noção de estranheza (Butler, 1993), a sua evolução permitiu atribuir novos significados ao conceito (Louro, 2001). *Queer* passa a ser crítica das “identidades” essencialistas, fixas e inflexíveis (Clarke & Peel, 2009). Neste âmbito, importa destacar a forma como José Esteban Muñoz (1999) descreve o processo de desidentificação: as estratégias de resistência e de sobrevivência dos sujeitos que, por serem minoritários na cultura hegemónica, sentem as hostilidades da esfera pública. O autor apresenta um processo de identificação subversiva, reproduzida por performances culturais, que produzem a interface entre o modelo de identificação da hegemonia, aquele que sanciona, e a sua atualização reconstruída como prática da ironia e da crítica (Muñoz, 1999). Assim, sujeitos que comodamente se ajustam ao modelo hegemónico são capazes de fixar uma “identidade”. Porém, indivíduos cujas experiências acontecem em não conformidade com a hegemonia precisam de relacionar-se com diferentes áreas da subcultura para ativar a consciência de si, precisam da desidentificação (Muñoz, 1999).

*Queer* pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, contudo, em todos os casos, define-se como oposição ao que é considerado normativo. O conceito descreve a diversidade de práticas e de prioridades críticas (Spargo, 1999). Para Judith Butler (1999) discute-se o género como sendo a norma, expressa e repetida diariamente, reconstituindo-se desta forma; debate-se a norma aliada à hegemonia da heterossexualidade (Butler, 1993); percebe-se que o género se constitui num conjunto de normas que, pela prática, reprodução e repetição, cria as condições para a sua legitimação (Butler, 1999). Assim, salienta-se uma performatividade como a modalidade discursiva que constrói os sujeitos (Butler, 1999). Compreende-se o conceito *performatividade* como o conjunto de “manifestações corporais identitárias que, pelo seu carácter público e reiterado, conferem ao indivíduo uma identidade reconhecida pelo seu grupo (endógena) e/ou pelo que lhe é exterior (exógena)” (A. C. Santos, 2009, p. 99). Tal performatividade implica a repetição de atos de *performance*, apresentações individuais e/ou coletivas em resposta a um modelo dominante, o heteronormativo (Butler, 1999). Explica Tamsin Spargo (1999) que, para Judith Butler, o género cria-se mediante a repetição de atos, gestos e movimentos corporais específicos, sendo que, cumprindo as normas de género através dos processos de repetição dessas normas, é construído e experienciado um conjunto de significados *genderizados* e estabelecidos socialmente.

Também Paul Preciado<sup>5</sup> se destaca com relevância nas assunções sobre a teoria *queer*. Para Preciado o gênero é prostético (Coelho, 2009), é a representação da verdade e resulta de uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais (Preciado, 2002). Para Preciado, o gênero não é apenas um constructo discursivo e linguístico, mas também um material, “uma prótese que ultrapassa a mera imitação, criando e reconfigurando o que pretende complementar” (Coelho, 2009, p.33). Paul Preciado (2002) considera não existir diferença sexual, mas sim multitudes de diferenças, de relações de poder transversais, de diversidade de formas de vida. Desenvolveu a *contrassexualidade*, uma teoria do corpo que se situa fora dos polos homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade (Coelho, 2009), pelo que definiu a sexualidade como tecnologia e considerou que os diferentes elementos do sistema “sexo e gênero”, assim como as suas práticas e “identidades sexuais”, são máquinas, instrumentos, próteses, programas, mecanismos (Preciado, 2002). A política *queer* recusa a “identidade natural” (homem/mulher) e rejeita as definições pelas práticas (heterossexual/homossexual). Pelo contrário, fundamenta-se na multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que constroem os “normais” e os “anormais” (Preciado, 2011), são os corpos da resistência.

Foi Jack Halberstam quem fez uma importante desconstrução da equivalência entre sexo e gênero, outrora desmantelada por Teresa De Lauretis e Judith Butler (Oliveira et al., 2009). Halberstam (2005) iluminou as questões das patologizações de “desvios sexuais” atribuídos às pessoas que não “são” homem nem mulher, e compreendeu-as como a representação de diferentes formas que conferem vida aos organismos e corpos transgêneros. Neste sentido, a epistemologia *queer* convida a embarcar na jornada das investigações expandidas sobre interseccionalidades e anti-normalização (Eng, Halberstam & Muñoz, 2005). *Queer*, como um estilo de vida das múltiplas “pertenças”, inclui existências sexuais, de gênero, sociais e culturais que se localizam fora do sistema heteronormativo, regulado pelas convenções da família e da reprodução de um sistema capitalista (Halberstam, 2005).

É com o entendimento *queer* dos gêneros e das sexualidades que começam a surgir as fragilidades do modelo binário. (Des)significa-se, (des)territorializa-se, alcança-se a ambivalência de possibilidades e tenta-se subverter o sistema dominante da representação

---

<sup>5</sup> Atualmente Preciado assina as suas publicações com o nome masculino: Paul B. Preciado. Contudo, nas publicações consultadas nesta dissertação consta o nome feminino: Beatriz Preciado, pelo que é esta a identificação contemplada na lista de referências final.

sexual, pelo que o sexo perde a sua mitológica condição essencialista (Oliveira, el al., 2009).

Sistematizamos, de seguida, as principais assunções *queer* que fazem o nosso género. Partimos de um início, que é também o fim, o questionamento das categorias identitárias derivadas de uma fantasia socialmente construída, em função de um sistema de normas binário, sendo que, dos dois polos do binarismo com os quais é entendido o mundo, há sempre um que é o privilegiado, estando, portanto, em vantagem (A. C. Santos, 2009). As teorizações *queer* contestam as categorias identitárias que limitam a pessoa a uma “qualidade singular” (Penedo, 2008). Assim, passámos pela rejeição de “identidades naturais”, tais como o homem e a mulher, passámos pela rejeição de definições com base em práticas heterossexuais e homossexuais, e passamos a considerar a multitude de possibilidades de constituição de corpos que se configuram contra o regime da normatividade, contra a inclusão num dos binários: “normais” ou “anormais” (Preciado, 2011). Acedemos ao campo da construção de subjetividades *queer* (Oliveira, el al., 2009) e insistimos na demolição dos dispositivos que produzem as diferenças da massa social, composta por classes, “raças”, géneros e sexualidades (Coelho, 2009).

As resistências ao normativo, de um corpo social, outrora diferente e peculiar, hoje inclusivo e transformador (Clarke & Peel, 2009), trazem um contributo fundamental para o presente trabalho: a simplicidade de “ser” ou “estar” e “fazer” a pessoa, independentemente de categorias, fazendo o género humano num “happy limbo of a non-identity” (Foucault, 1980, p. xiii).

#### **1.4 O (não) lugar dos estilos de género(s) não normativos**

“Maybe I just want to be pretty” (Burt, 2012, p. 203).

O impulso da normalização impele a massa social a interpretar os corpos e as suas expressões de um modo convencional e heteronormativo (Butler, 1999). Pessoas com expressões de género não normativas propõem alterações à ordem social num horizonte de possibilidades *queer* (Spargo, 1999), propõem um questionamento constante ao sistema social que (ainda) assume que as pessoas que não “são” homens “são” mulheres e que as pessoas que não “são” mulheres “são” homens (Halberstam, 1998).

O termo travestismo foi cunhado por Magnus Hirschfeld em 1910, referindo-se ao prazer em vestir roupas consideradas do sistema “sexo e género oposto” (Lanz, 2014). Hirschfeld investigou inúmeros casos e diferenciou a orientação sexual das experiências de travestismo (V. L. Bullough & Bullough, 1993). Havelock Ellis sugeriu que tais experiências emergem de uma admiração pelo “sexo oposto” (Hotchkiss, 2012). Desde então, vários termos têm surgido para apelidar pessoas que não desempenham as normas do género binário, estando inerente um tom patológico, como por exemplo, disforia de género, fetichismo, *crossing*, representação masculina ou feminina, entre outros (V. L. Bullough & Bullough, 1993; Hotchkiss, 2012; Lanz, 2014).

Num social binário, a ambiguidade de género é inevitavelmente entendida como desviante ou uma visão turva do que é percebido como homem ou mulher (Halberstam, 1998). Por se tratar de experiências em não conformidade os *standards* sociais (Oliveira, 2010a), as subversões de género tendem a ser compreendidas como sinais patológicos da não correspondência com as normas, problemas de adaptação social ou questões de “identidade” mal resolvidas (Halberstam, 1998), perdendo, desta forma, lugar social.

O principal manual de diagnóstico das perturbações mentais<sup>6</sup> apresenta um capítulo para disforia de género no qual estão presentes características de diagnóstico que dizem respeito a uma incongruência entre o género experienciado e o género atribuído ao indivíduo (APA, 2013). Ao contrário do postulado nesta dissertação, no manual de diagnóstico o género é utilizado para indicar o papel reconhecido publicamente como rapaz ou rapariga, homem ou mulher, no qual os fatores biológicos são vistos como contribuintes e em interação com fatores sociais e psicológicos do desenvolvimento do género (APA, 2013). Esta assunção torna a diversidade de experiências de géneros como “atípicas” ou “não conformes” (APA, 2013, p. 541). Assim, comportamentos de género não normativos podem ser considerados patológicos, fator que acrescenta estigma ao atual e já existente, associado com género e as suas normas sociais (Gallo, 2016).

Nos enunciados dos manuais das perturbações mentais apresenta-se espelhada a norma regulatória guiada pelo poder heteronormativo que constitui o género (Butler, 2004). O corpo humano está dependente da sua construção enquanto corpo *genderizado* (Louro, 2001). Uma vez que a conceção social sobre o género é dicotómica e de enraizamento heteronormativo, experiências de género que rompam com a polarização e com o carácter heterossexual das normas perdem reconhecimento social (Louro, 1997).

---

<sup>6</sup> Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – 5th ed (DSM 5)

Assim, experiências de género não normativas podem ser (mal) compreendidas como indissociáveis de questões de sexo (Allen, 2014) e os constrangimentos sociais, familiares e profissionais tendem a ser recorrentes na vida de pessoas com experiências nesse âmbito (Saleiro, 2014). São prováveis pressões públicas e familiares que conduzem a percepções pessoais em não conformidade com as restrições sociais. Também são passíveis de se vivenciar sensações de isolamento, tristeza (Gallo, 2015), ansiedade e depressão pela falta de liberdade de expressão dos estilos de género (V. L. Bullough & Bullough, 1993). Desta forma, a subsistência e a supremacia ostensiva e hegemónica do dispositivo binário de género (Lanz, 2014) constituem o principal fator interferente nas experiências vividas por pessoas com estilos de género não normativos, pois um discurso redutor sobre o género, que insista no binarismo “homem” e “mulher” como a forma exclusiva de entender o mundo, atua na regulação de poder que “naturaliza” a instância hegemónica e exclui a possibilidade de pensar a sua disrupção (Butler, 2004).

Importa ressaltar que, nesta dissertação, a lente usada para a compreensão das experiências de género está afastada das perspetivas patológicas. Cruzando as formas de vestir e de agir dos dois polos de género, abrem-se caminhos para a fluidez de existências que sugerem possibilidades de resignificação e recontextualização (Jagose, 2009) que, por sua vez, privam a cultura hegemónica e a sua reivindicação de “naturalização” das “identidades de género” essencialistas (Butler, 1999). As feminilidades masculinas, assim como as masculinidades femininas são as possibilidades de experiências *queer* capazes de instigar os modelos de género hegemónicos (Halberstam, 1998).

## 2. Metodologia

### 2.1 Participantes

Os/as participantes deste estudo são pessoas<sup>7</sup> com expressões de género não normativas. O recrutamento aconteceu por conveniência, em grupos sociais *online*, associados com expressões de género não normativas, e seguindo as indicações de Virginia Braun e de Victoria Clarke (2013) “going somewhere potential participants are likely to be, and presenting verbal or written information about your research” (p. 60). Desta forma, foram publicados pedidos de colaboração nas principais redes sociais *online* e foram estabelecidos contactos por correio eletrónico divulgando o pedido de colaboração no estudo (cf. Anexo 1). O recrutamento também aconteceu recorrendo ao método *snowball* ou “bola de neve”, técnica através da qual as pessoas participantes iniciais de um estudo indicam novas pessoas participantes que, por sua vez, indicam novas pessoas participantes e assim sucessivamente (Goodman, 1961).

Foram entrevistadas oito pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos de idade. Todos/as as/os entrevistados/as vivem em Portugal desde a primeira infância<sup>8</sup>. As/os participantes deste estudo apresentam estilos de género não normativos e afirmam desafiar o conceito *género binário*. A Tabela 1 sistematiza as caracterizações dos/as participantes.

O recrutamento findou por saturação teórica, momento em que as entrevistas e respetivos dados de investigação atingem um nível que, na perspetiva dos/as investigadores/as, não acrescenta informação relevante tendo em conta os objetivos e a questão de investigação (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008). A dificuldade em aceder a novas pessoas participantes também contribuiu para a interrupção da recolha de dados, assim como o limite temporal para a elaboração deste trabalho académico.

---

<sup>7</sup> Na maior parte da extensão deste trabalho, a referência às/aos participantes sucederá de um modo não categorial, pelo que as/os participantes serão mencionados/as como *pessoas*, por respeito e coerência com as experiências das mesmas. Assim, não será elaborada uma caracterização distintiva dos seus sexos. Apenas em alguns momentos deste estudo serão elaboradas reflexões que aludem ao sexo designado à nascença das pessoas participantes, por ser um fator que se destacou nas análises que se seguem.

<sup>8</sup> Seis pessoas têm nacionalidade portuguesa e duas apresentam dupla nacionalidade, cujas especificidades não serão reveladas no sentido de preservar o sigilo e o anonimato dos/as participantes. Apesar de dois registos civis apresentarem dupla nacionalidade todas as pessoas vivem em Portugal desde a primeira infância.

Participante	Idade	Autoidentificação/Autodesidentificação de género
B.I.	29	Masculino/feminino = <i>gender fluid</i>
C.F.	36	Masculino
B.Z.	20	<i>gender-non-conforming</i> = <i>queer</i>
B.G.	27	Não binário
B.F.	26	Feminino
B.E.	25	Masculino/feminino
D.E.	45	Fluid@ de géneros
D.D.	44	Não binário

*Tabela 1.* Caracterização dos/as participantes

## 2.2 Método de recolha dos dados

O propósito deste estudo orienta-se para a compressão das ações das pessoas à medida que elas se encontram e se envolvem nas suas experiências vividas (Elliott, Fischer, & Rennie, 1999). Por conseguinte, a metodologia qualitativa representa a possibilidade de investigação mais adequada neste trabalho. Procura-se compreender a experiência de certos eventos e perceber de que modo as pessoas dão significado aos seus mundos (Willig, 2010). Assim, importa aceder a dados que são palavras, num campo crítico e experiencial (Braun & Clarke, 2013), apreender a qualidade e a textura das experiências, deter significados (Willig, 2010), assumir a subjetividade e reflexividade inerentes, considerando o(s) contexto(s) alocados aos/às participantes (Neves & Nogueira, 2005).

O método interpretativo narrativo biográfico ou *Biographic-Narrative Interpretive Method* (BNIM) (Wengraf, 2004, 2015) afigurou-se como o procedimento de recolha de dados mais indicado para este estudo. Trata-se de uma metodologia que permite aceder a narrativas que expressam tanto questões individuais, como culturais, sociais, históricas e contextuais dos sujeitos (Wengraf, 2015), pelo que possibilitou partir de um espaço o mais *queer* possível, para alcançar o *queer* tanto quanto possível.

A BNIM é uma entrevista próxima do tipo não estruturada, sendo sobretudo a/o participante que domina a condução da mesma. No entanto, a ausência de estrutura não é literal e a planificação é exigente (Wengraf, 2015), pelo que foi elaborado um roteiro de suporte à condução da entrevista<sup>9</sup> (cf. Anexo 2). A partir da questão inicial, foram os/as participantes a selecionar os assuntos que desejaram abordar e na ordem que entenderam, tal como está previsto pela metodologia de entrevista BNIM (Wengraf 2004, 2015).

Foi entregue e assinada, reciprocamente, uma declaração de consentimento informado (cf. Anexo 3), pelo que todas as pessoas foram devidamente esclarecidas sobre a investigação e os seus propósitos, assim como consentiram participar na mesma.

As entrevistas realizaram-se em locais diversos, escolhidos pelas pessoas participantes, de acordo com as suas disponibilidades e acessibilidades. Todos os locais permitiram a condução da entrevista com privacidade e qualidade. Não serão nomeados os espaços onde decorreram as entrevistas para preservação da confidencialidade das/os participantes. As entrevistas tiveram uma duração média de duas horas, todas foram gravadas em formato áudio e posteriormente realizada a transcrição *verbatim*.

## **2.3 Método de análise de dados**

O processo através do qual foram analisados os dados da investigação concretiza-se como análise temática de dados qualitativos, um método amplamente utilizado com o objetivo de identificar, analisar e relatar padrões nos dados de investigação, potenciando a compreensão dos significados explícitos ou implícitos nos discursos dos/as participantes (Braun & Clarke, 2006, 2013).

A escolha do método de análise de dados prende-se com o posicionamento epistemológico transversal ao presente estudo. Parte-se de uma perspetiva construcionista

---

<sup>9</sup> As entrevistas BNIM foram realizadas com alguma flexibilidade no que respeita à postura da entrevistadora e à condução da entrevista. Foi dada flexibilidade para proceder a pausas ou interrupções sempre que as pessoas participantes desejassem. De igual modo, a rigidez da postura da entrevistadora não foi absoluta, pelo que houve um cuidado para desenvolver uma relação empática com as/os participantes, o que implicava reagir em alguns momentos emocionalmente mais densos da entrevista, ou mesmo quando as pessoas participantes se perdiam nos seus raciocínios e pediam auxílio para os retomar. Tal “interferência” não está prevista na metodologia BNIM (Wengraf 2004, 2015). No que concerne à sessão três: *A second interview*, prevista como opcional (Wengraf 2015), não se procedeu à realização da mesma pois nunca surgiu a necessidade para reevocar os tópicos abordados nas sessões anteriores, assim como nunca se sentiu a necessidade de abordar outros tópicos não narrados. Embora não esteja previsto pela metodologia BNIM (Wengraf 2015), a entrevista finalizou com a questão relativa aos sentimentos da pessoa participante durante a conversa.



social (Burr, 1995; Gergen, 1994), não essencialista e não positivista (Braun & Clarke, 2006), que destaca a importância da interação social e da linguagem, pela consideração dos significados vividos, produzidos e reproduzidos socialmente (Burr, 1995). Assim, este é o método que melhor se adequa à presente investigação.

Na abordagem da análise predominou o método dedutivo, sendo que a orientação analítica sucedeu do envolvimento com a literatura em fase antecedente (Braun & Clarke, 2006). Seguindo as indicações de Virginia Braun e de Victoria Clarke (2006, 2013) procedeu-se às seis fases propostas para a análise, após a recolha dos dados, e com a flexibilidade que caracteriza o procedimento. Começando pela primeira fase – *Familiarização com os dados* – procedeu-se à transcrição das entrevistas o que permitiu iniciar o processo de envolvimento com os dados da investigação. Este primeiro momento prosseguiu para a leitura e releitura dos dados as vezes necessárias até encontrar padrões de significado e registar as primeiras ideias da análise. De seguida, na segunda fase – *Produção dos códigos iniciais* – foi gerada uma lista de ideias acerca dos dados mais relevantes e mais interessantes, posteriormente agrupados em códigos. A terceira fase – *Pesquisa de temas* – implicou agrupar vários códigos em unidades de análise mais amplas e com significados mais abrangentes. Depois, na quarta fase – *Revisão dos temas* – procedeu-se ao cruzamento dos temas identificados com as unidades de análise codificadas. Desta etapa resultou a produção do mapa temático da análise (cf. Figura 1). Na quinta fase – *Definição e nomeação dos temas* – foi possível refinar a análise e aperfeiçoar as especificidades de cada tema, pelo que as definições e os nomes dos temas adquiriram carácter mais concreto. Por fim, a última fase – *Redação do relatório* – consistiu na organização e redação dos resultados em formato escrito, pelo que os extratos mais significativos e apelativos foram incorporados na análise que se segue e que pretende contar a história dos dados da presente investigação, na extensão de experiências vividas pelas pessoas participantes (Braun & Clarke, 2006, 2013).

Os resultados da análise, apresentados na secção seguinte, emergem do implicado processo analítico abordado previamente. A análise constituiu um processo de elevado comprometimento. Para melhor compreensão do mesmo poderão ser consultados os mapas temáticos relativos ao processo analítico e que foram surgindo progressivamente (cf. Anexos 4, 5, 6 e 7).

### **3. Análise e Discussão dos Resultados**

Nesta secção é apresentada a análise dos dados e transversalmente a discussão dos resultados, produto de um vasto processo de comprometido envolvimento com os elementos da investigação. A análise pretende refletir os dados da investigação em relação com a questão e objetivos da mesma. Do processo analítico foi possível identificar três temas e sete subtemas relacionados entre si. O tema resistências subdivide-se em dois subtemas: a inconformidade com as normas e a desconstrução do género; do tema contexto social derivam os subtemas: espaço público, os/as outros/as e adaptações; finalmente, o tema subjetividades subdivide-se nos subtemas sofrimento e luta. É importante reter que a leitura do processo analítico só faz sentido se considerada a sua múltipla interligação, pelo que todos os elementos da análise se relacionam entre si numa rede temática.

No sentido de ilustrar o processo analítico e a relação entre os temas, os subtemas e o organizador central, expõe-se de seguida a Figura 1, o mapa temático da análise. Subsequentemente são apresentados os temas e subtemas resultantes do processo analítico acompanhados por uma discussão transversal de todos os elementos da análise. Para ilustrar os resultados da análise dos dados e a rede temática que a constitui, serão também apresentadas algumas unidades de registo relativas aos temas ou subtemas em destaque. De notar que, no sentido de proporcionar uma maior inteligibilidade dos dados da análise, não será efetuada uma descrição detalhada dos códigos da mesma, pelo que procurou-se integrar as suas noções numa análise e discussão mais fluída. Para uma compreensão mais aprofundada dos temas, subtemas e códigos da análise apresenta-se em anexo o mapa temático detalhado (cf. Anexo 8).

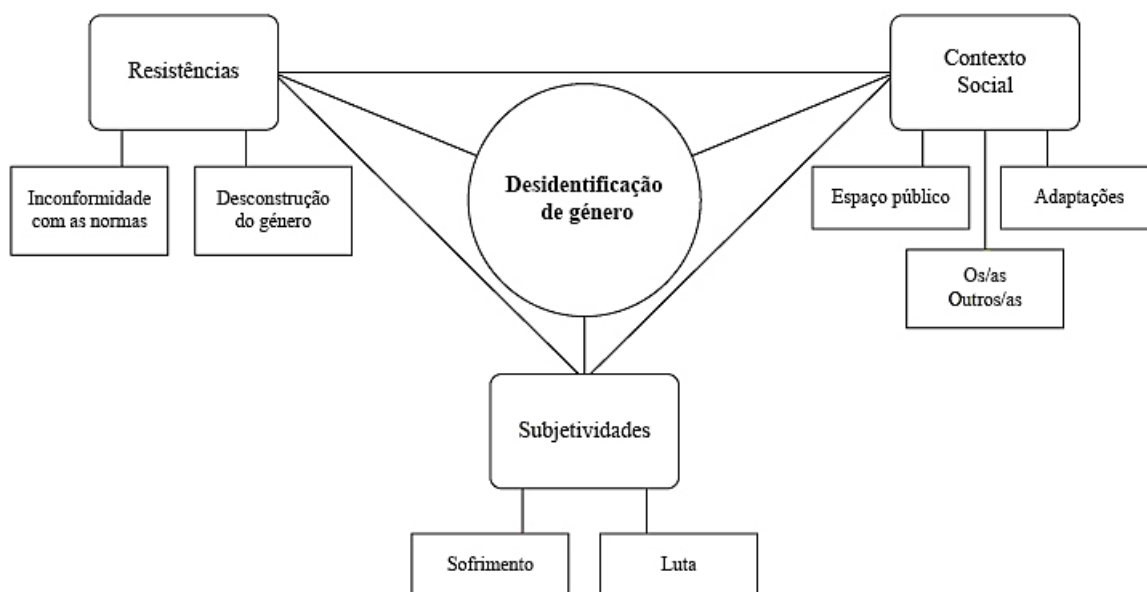


Figura 1. Mapa temático da análise

### 3.1 Resistências

Nos discursos das pessoas participantes encontra-se espelhada a conscientização relativa à irradiação das normas orientadoras de ações, comportamentos e vidas em diversas esferas sociais que se concretizam no movimento de normalização (Foucault, 1979). A emergência do tema derivou das referências relativas às normas que guiam a conduta social (Ewald, 2000). Os discursos dos/as participantes aludem às normas que operam nas e com as práticas sociais como o *standard* implícito de normalização, ou seja, a forma como certas normas produzem critérios coercivos de “normalidade” e “anormalidade” e governam as formas de vida “inteligíveis” (Butler, 2004). São também evidentes as resistências (ou intenções) face à normalização dos corpos (Louro, 2001) de um sistema social que concebe normas de gênero de acordo com o regime convencional e heteronormativo (Butler, 1999). As pessoas participantes expõem, através das suas palavras, a reação à normalização do que é considerado masculino e feminino, resistem aos determinismos que constituem o gênero (Butler, 2004), recusam as suas normas e propõem a desconstrução de géneros com a heteronormatividade em questão.

A identificação e nomeação deste tema resultou da identificação e análise dos seus subtemas que serão apresentados de seguida.

### 3.1.1 Inconformidade com as normas

No âmbito das resistências, a inconformidade com as normas diz respeito à oposição face ao género como uma norma regulatória que quando assumida acriticamente implica a assunção da subordinação da heteronormatividade (Butler, 2004). Os/as participantes recusam as normas de género, recusam as regulações que operam na forma de orientações comportamentais e que atuam na (re)constituição dos ideais normativos e *genderizados* (Butler, 2004). Como uma operação de poder, a regulação operacionaliza-se num processo de normalização, assim expõe Judith Butler (2004). As normas de género concretizam-se nas expectativas sociais sobre os comportamentos considerados apropriados para os indivíduos e os seus géneros, que por sua vez serão (re)produzidos e (re)constituídos pelas práticas sociais (Butler, 1999). As normas de género são os princípios construtores de “masculinidades” e de “feminilidades”, organizadas em dois polos distintos, que reforçam as diferenças entre ambos e os inscrevem na “natureza humana”, nas “identidades”, nas “personalidades”, entre outras “individualidades” (Oliveira et al., 2014).

Nos discursos dos/as participantes, a referência ao sistema heteronormativo e o seu questionamento são uma constante. As/os participantes questionam a ordem social heteronormativa (Spargo, 1999) que se estrutura em dois “géneros” e dois “sexos” conectados, e que se organiza segundo preferências heterossexuais (Butler, 1999). São frequentes as alusões à heteronormatividade, ou seja, às estruturas sociais orientadoras de práticas, expectativas, demandas e obrigações que derivam do pressuposto da “heterossexualidade como natural” e fazem com que a mesma seja considerada a privilegiada, isto é, a norma de conduta dos corpos (Wittig, 2006). Os discursos dos/as participantes traduzem-se na referência a um sistema que assume como “real” que a base de qualquer sociedade é a heterossexualidade. Trata-se da referência à *straight mind*, conceito proposto por Monique Wittig (1990) e que diz respeito ao pensamento social heterossexual que desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenómenos subjetivos com base na heterossexualidade. Por conseguinte, a mulher, o homem, o sexo, a diferença e todo um conjunto de conceitos como a história, a cultura e o “real”, carregam a marca, inscrita na “natureza” humana, a relação heterossexual (Wittig, 1990). É de salientar o carácter opressivo do pensamento heterossexual como dominante. Neste sistema está implícita a produção de conceitos em leis gerais que reclama ser aplicáveis a todas as sociedades, a

todas as épocas e a todos os indivíduos, é um pensamento que produz a diferença (Wittig, 1990)

Os/as discursos dos/as participantes remetem às estratégias de resistência numa multitude de possibilidades *queer* que denunciam a ordem social heterossexual (Oliveira & Nogueira, 2009). Os/as participantes questionam o viver em função da divisão social em modos de vida heteronormativos e contestam as normatividades da heterossexualidade (Roseneil, 2006), como é possível perceber com as seguintes unidades de registo:

*“(...) é a leitura confusa do social sobre a orientação sexual, as famosas correspondências tidas como inequívocas e estabelecimentos de determinados tipos de linearidades entre a orientação sexual, o desejo, a prática, o sexo, etc. (...)” (D.E.).*

*“(...) e veem [sociedade em geral] o mundo muito por o ... ‘Gay ou não gay... É gay, é heterossexual’ e depois o resto bem, é melhor nem pensar muito nisso (...) e pensar imediatamente que eu sou gay só porque (...) os meus trejeitos são femininos, são efeminados, são... Pinto os olhos com muita frequência (...) sendo gay ou não gay, como não sou, sou heterossexual!” (C.F.)*

Numa lógica de resistências perante a normalização, os/as participantes resistem à imposição da normatividade, fazem propostas em inconformidade com as normas de género vigentes, subvertem o género. Como elemento desencadeador das subversões de género, nos discursos dos/as participantes surge a revolta contra o sistema sexista, com referência às lentes através das quais são entendidas as entidades masculinas e femininas, como distintas e polarizadas, com diferentes expectativas sociais nos comportamentos, gestos, atitudes, tarefas, vestuário, entre outros (Amâncio, 1994). A revolta contra o sistema sexista é ilustrada com o seguinte excerto:

*“(...) eu tenho primas da minha idade (...) elas eram muito mais obrigadas a fazer certas tarefas por serem raparigas e eu a não fazer por ser rapaz. E, de certa forma, eu tentava fugir a essa lógica ao tentar ajudar e ao fazer exatamente as mesmas coisas que as minhas primas eram obrigadas a fazer e eu não por ser rapaz. Eu não queria ter esse privilégio enquanto homem para simplesmente não fazer ou fazer com que os outros façam por mim... Essa lógica hierárquica que só porque eu nasci biologicamente homem tenho essas regalias... Por isso, desde muito cedo que, e precisamente por eu me identificar muito com esse lado feminino, que nunca considerei tomar partido. (...)” (B.I.)*

Também a *masculinidade hegemónica*, de um sistema sexista, se destaca nos discursos dos/as participantes sobretudo pela sua rejeição. Na nossa sociedade, a ordem de género é hierárquica e tendencialmente atribuiu mais valor à masculinidade do que à feminilidade (Connell, 1995). É saliente, nas palavras dos/as entrevistados/as, o repúdio por tudo o que é “dominante” em associação com o masculino, é evidente a rejeição do androcentrismo e a recusa da “superioridade masculina” (Nogueira, 2001c). As experiências das/os participantes demarcam a rejeição das respostas de masculinidade pública como as da virilidade, força, coragem, sucesso e dominação (Lanzarini & Machado, 2010), recusam uma resposta em consonância com a “norma hetero” (Marques, 2011) e renegam a subordinação daquilo que é considerado feminino (Amâncio, 2004). Todas as pessoas participantes fizeram referência à recusa da *masculinidade hegemónica* como é patente neste excerto:

*“(...) essa coisa, uma versão mais masculina da pessoa... E quando eu falo nessa questão do homem (...) o mais tradicional, no sentido do machismo e do sexismo e da superioridade em relação ao resto das pessoas (...) este personagem que existe que (...) está sempre a ostentar a sua masculinidade, que é hetero, claro que é hetero, que tem casa, que vai trabalhar para trazer o dinheiro para casa e que está em casa e que quer o jantar feito quando chega a casa, é esse tipo de homem, violento e que não devia de existir (...) e quando falo ‘naquele grupo de homens’ é esse grupo que é super ruidoso, super ostentativo da sua... Da presença física e da ocupação do espaço que é uma coisa que a mim me faz imensa confusão, que é a forma como o homem, no sentido mais tradicional do sexo e do género masculino que... Ocupa espaço de uma maneira que nenhum de nós pode ocupar. (...)” (B.Z.)*

### **3.1.2 Desconstrução do género**

As pessoas participantes propõem desconstruir e problematizar categorias e classificações identitárias binárias (Souza & Carrieri, 2010), pelo que sugerem fazer feminilidades masculinas e masculinidades femininas (Halberstam, 1998). Os discursos dos/as participantes reforçam a existência de uma vasta gama de modalidades de ir fazendo “masculinidades” e “feminilidades”, tendo com conta os contextos sociais e históricos, assim como as restrições subsequentes (Oliveira et al., 2014). Numa lógica *queer*, salienta-se a recusa da rigidez e da “natureza identitária” e apela-se à desconstrução das normas binárias que constroem muitas existências (Butler, 1993).

Foi constante, nos discursos dos/as participantes, o questionamento do binarismo institucionalizado (Sedgwick, 1990) que oprime expressões de gênero não normativas. Questionando frequentemente “porque sim, mas porque não?” os/as participantes chamam a atenção para a ordem de gênero e para regras, políticas, crenças, ideias e definições do que significa ser “homem” ou ser “mulher” (Oliveira et al., 2014). Os/as entrevistados/as explicam que as subversões de gênero acontecem “porque sim”, porque gostam, porque têm interesse, porque apreciam e precisam de existir em não conformidade com o sistema normativo. O excerto apresentado de seguida é ilustrativo das experiências de gênero em não conformidade com as normas que acontecem simplesmente “porque sim”:

*“(...) Eu visto roupas de mulher, se me apetecer (...) porque sim (...) eu gosto delas, gosto do corte delas, gosto do padrão que elas têm, não é por elas pertencerem a uma lógica feminina que eu as uso, é porque simplesmente elas me atraem. (...)” (B.I.)*

*“(...) eu visto-me assim ou tenho cabelo assim porque eu me sinto feliz assim, ponto final. (...)” (D.D.)*

Os/as discursos das/os participantes aludem à autenticidade das suas expressões de gênero, embora sejam tendencialmente alvo de estigma e julgamento social (Schippers, 2007), como perceberemos ao longo do presente processo analítico. Estas referências à autenticidade das expressões de gênero são uma alusão aos processos de desconstrução de gênero não identitários. Estas experiências afastam-se das questões relativas à identidade de gênero como interna e estável em conformidade ou não com o sexo designado à nascença (Lev, 2004). Nos discursos dos/as entrevistados/as propõe-se a desconstrução do gênero binário, organizado em dois polos distintos, através da fluidez e/ou da fusão do que é socialmente considerado masculino e feminino (Butler, 1993, 2004):

*“(...) ando pelos dois géneros, vou passando de um para o outro. É, sem dúvida, tenho um bocadinho dos dois géneros. (...)” (B.E.)*

*“(...) a minha expressão de gênero é meio ambígua, eu flutuo bastante e jogo muito com esta desconstrução do que é o masculino e o feminino. (...)” (B.Z)*

Em conformidade com as assunções de Joan Scott (1988), influenciado pelos pensamentos pós estruturalistas de Michel Foucault e Jacques Derrida (Louro, 1997), a proposta que sobressai nos discursos das pessoas participantes é a da importância em desconstruir a permanente oposição binária masculino-feminino, que sustenta as diferenças

entre homens e mulheres, alicerçadas na lógica da dominação-submissão (Scott, 1988). Aqui se destaca a relação com a inconformidade com as com as normas nas quais o masculino é tendencialmente a hegemonia e a ordem é a da heteronormatividade. Este excerto ilustra a desconstrução de género proposta pelos/as participantes num horizonte de resistências *queer*:

*“(...) eu gosto da ideia de um mundo em que esse género não é necessário e eu posso ser todos os géneros até ao ponto em que deixa de haver género, deixa de haver necessidade de distinguir ou de dizer é mulher, é homem... Não! É criatura humana! É um ser sensível, com emoções e coração. (...)” (C.F.)*

As subversões de género são apresentadas pelas pessoas participantes como primárias, a acontecer desde a infância, ou com noções de vontades subversivas desde as mais precoces memórias, como é enunciado no seguinte excerto:

*“(...) lembro-me perfeitamente de ser bastante miúdo e pegar numa tesoura e dar cortes em vestidos, não gostava e não me sentia confortável. (...)” (D.D.)*

As subversões de género são também apresentadas como essenciais nas vidas dos/as participantes, necessárias para as sobrevivências, importantes para desenvolvimentos em conformidade com a especificidade de cada experiência pessoal:

*“(...) essa subversão acontece porque eu... Eu só lhe chamo subversão ou não norma porque de facto eu nunca consegui entender o porquê dessa norma. (...) E portanto era impossível não fazer isso, era uma coisa... A sensação que eu tinha era: se eu não fizer isso eu deixo de respirar, se eu não quebrar as normas eu deixo de respirar. (...)” (D.E.)*

As subversões de género são também apresentadas como perigosas, acarretam riscos, sobretudo pela exposição social de géneros diversos em não conformidade com as normas e a consequente possibilidade de ocorrerem reações sociais violentas:

*“(...) Eu sei que eu vou usar a maquilhagem, eu sei que vou-me sentir super super bem, mas eu sei que eu vou sair à rua e alguma coisa vai acontecer tipo, no mínimo, a cada esquina que eu virar. (...)” (B.Z.)*



O perigo da subversão, exposto pelos discursos dos/as participantes, convida à interligação com os próximos elementos da análise. Em particular, com as questões associadas com os constrangimentos e reações, a acontecer no espaço público do contexto social, sendo também alusivo às consequências do foro pessoal dos processos de subjetivação, como veremos ao longo da exposição da análise e discussão dos resultados.

### **3.2 Contexto social**

No tema anteriormente exposto, a saliência está na resistência perante normas de género, polarizadas e dimórficas, que impedem que os diversos estilos de géneros aconteçam sem sanções. No presente tema destaca-se a relação dos/as participantes com o mundo de normas de género e as consequências, no foro social, da resistência perante a normalização.

Partindo do dimorfismo essencialista que organiza a ordem de género no social ocidental contemporâneo (Segal, 1999), quando o género é feito segundo a ordem bipolar que organiza a masculinidade em oposição à feminilidade (Amâncio, 1994), está a acontecer a produção e institucionalização de desigualdades (West & Zimmerman, 1987). Por conseguinte, quando há vidas que escapam ao processo de produção e normalização dos géneros, os seus corpos colocam-se em risco por desobedecerem à orientação normativa, aumentam a probabilidade da inteligibilidade das suas experiências, mas também revelam possibilidades de transformação das normas (Bento, 2011). É esta a noção transmitida pelas pessoas participantes.

Em associação constante entre todos os elementos da análise, o contexto social surge como o lugar onde acontecem as reações e os constrangimentos, às vezes até maus-tratos sociais. Destaca-se também como o contexto onde acontecem relações com pessoas cooperantes (ou não) com a subversão de género, logo o espaço onde podem ocorrer as adaptações dos comportamentos subversivos de género. Para uma melhor compreensão, serão apresentados e discutidos os subtemas que organizam o contexto social.

### 3.2.1 Espaço público

É no espaço público<sup>10</sup> que a relação com o mundo social se concretiza, o contexto onde acontecem as consequências sociais perante as subversões de género que os/as participantes experienciam. Os constrangimentos, as reações e os maus-tratos sociais são relatados pelos/as entrevistados/as tendo em conta as agências subordinadas, dominadas e legitimadas que as suas experiências tomam, pois acontecem em relação e oposição com modalidades que fazem parte de um sistema hegemónico (Connell & Messerschmidt, 2005). As vivências dos/as participantes espelham a forma como as normas regulatórias de género são capazes de oprimir, uma vez que retiram poder a qualquer corpo que não as assuma (Oliveira et al., 2014). No espaço público, formas de violência social acontecem pela ação dos constrangimentos e das reações sociais, pelo que são passíveis os maus-tratos sociais, como relatam os/as participantes, muitas vezes ofuscados pela regulação da hegemonia que transforma a violência em não-violência, através da ação da sua normalização (Holmes, 2009). Assim, diferentes formas de violência sustentam-se umas às outras e passam despercebidas ao olhar social.

Os constrangimentos sociais são difundidos nas palavras dos/as entrevistados/as como as normas de género que balizam comportamentos, gestos, apresentações, vestuário, entre outras formas de experienciar o corpo. Vejamos os excertos de duas pessoas participantes referindo-se aos constrangimentos sociais sentidos em contexto escolar:

*“(...) comecei a ouvir os comentários das assistentes escolares: ‘ Ah meninas não podem fazer isto!’ ‘Meninas não podem assobiar!’ (...) E não fazia sentido nenhum! ‘Não andes a correr porque isso é coisa de menino e os meninos caem e sujam-se e não tem mal, mas para as meninas tem mal’... E eu ficava mesmo confusa com isso! Para mim não fazia sentido nenhum. (...)” (B.G.)*

*“(...) porque é que eu não podia usar uma bata igual à das minhas amigas se me apetecesse? (...)” (D.E.)*

Os constrangimentos sociais, sentidos pelas pessoas participantes, são a consequência da normatividade aplicada aos géneros. Os/as participantes sentem as

---

<sup>10</sup> O espaço público é descrito como as cidades do território português onde vivem as pessoas participantes neste estudo. A maioria dos/as entrevistados/as projeta possibilidades de maior liberdade de expressão de género em cidades tidas como mais cosmopolitas, por exemplo Barcelona, Londres, Nova Iorque, entre outras.

fronteiras que balizam os comportamentos considerados apropriados para cada género em função do sexo, assim como os vestuários que podem ser adornados nos seus corpos, tendo em conta as normas rígidas do género. Por conseguinte, as reações sociais apresentam-se, nos discursos dos/as entrevistados/as, como as respostas de diversas pessoas quando intersejam géneros ambivalentes, são as reações de cidadãos ou cidadãs, entidades individuais ou grupais, organizações ou instituições que quando perante expressões de género em não conformidade com a norma binária, produzem respostas que demarcam a diferença. Os/as participantes afirmam sentir, no espaço público, não só os constrangimentos que ditam os comportamentos esperados em cada corpo *genderizado*, mas também as reações diretas perante as transgressões dos constrangimentos sociais. As subversões de género são a desobediência às normas que constituem o constructo, pelo que quando infringidas causam reações, como nos explicam as duas pessoas participantes nos seguintes excertos:

*“(...) é nas ruas onde tu tens as reações, é nas ruas onde tu tens que lidar com outras pessoas, precisamente de outros contextos, e é aí que existe esse choque, esse embate de atitudes. (...)” (C.F.)*

*“(...) eu sei que mesmo que eu esteja com uma roupa mais normativa (...) eu sei que ainda assim vão haver aspetos da minha imagem que vão ser chamativos no sentido mais negativo, no sentido de... Haver gente a comentar, a rir, a insultar etc. (...)” (B.Z.)*

Os maus-tratos sociais são relatados pelas pessoas participantes como formas de violência social, insultos, injúrias, exclusões, agressões, *bullying*, entre outras formas de agredir o agente social que não faz parte da norma. São as formas de estigmatização, discriminação e vitimização experienciadas pelas pessoas com expressões de género não normativas (Elze, 2006; Gallo, 2016). De notar a relação do presente conteúdo temático com o tema apresentado anteriormente. Os riscos e perigos anunciados pelas pessoas participantes, quando referentes às suas subversões de género, ganham forma no presente subtema, na configuração de reações e até maus-tratos sociais:

*“(...) a sociedade é que faz aquela pressão , a sociedade é que faz bullying, a sociedade é que cria aquelas pressões sociais e uma pessoa sente-se super desconfortável quando não encaixa na sociedade, porque a sociedade não aceita e... (...) podes sofrer bullying no emprego, podes sofrer bullying na escola, na faculdade, só porque tens uma expressão de género diferente. (...)” (B.G.)*

É importante referir que neste subtema há diferenças que se demarcam binariamente. Participantes cujo sexo atribuído à nascença foi o masculino expressam tipos de constrangimentos mais rígidos, reações sociais mais intensas e maus-tratos sociais mais violentos:

*“(...) Falo de perseguições, de... Pois, injúrias e maus-tratos quotidianos, dia a dia, e às vezes mais do que uma vez por dia. (...) hum... Seremos diariamente perseguidos com pedras. Da outra vez foi uma tentativa de... Era uma espécie de um... Atiraram-nos uma espécie de um produto para os olhos que podia ter dado cegueira. (...)” (D.E.)*

Pelo contrário, participantes cujo sexo atribuído à nascença foi o feminino expressam constrangimentos com fronteiras mais permeáveis, reações menos frequentes e maus-tratos sociais mais moderados:

*“(...) tive situações cómicas do género, em casas de banho públicas, não quererem que entrasse na casa de banho das senhoras porque achavam que estava ali a apropriar-me de um espaço que não era... Que não me pertencia. (...)” (D.D.)*

Tal diferença binária dos discursos das/os participantes parece acontecer em associação com a lógica de um sistema de hegemonia masculina que os/as mesmos/as rejeitam. Componentes instituídas como “próprias” do grupo masculino tendem a ser impregnadas nas vidas de pessoas com sexo masculino designado à nascença, isto é, como uma constante vivificação, verificação e vigilância (Marques, 2004, 2011). Trata-se de uma imposição persistente de expressões com o implícito afastamento daquilo que é considerado feminino (Almeida, 1995; Marques, 2011). Como tal, as consequências sociais para as expressões das masculinidades femininas, que pela lente social normativa são subordinadas e, por conseguinte, produzidas socialmente e discursivamente como inferiores e subjugadas (L. F. O. Santos, 2009), tenderão a assumir formas de violência severa, pois a categoria expectável para o universo das masculinidades é hegemónica e “dominante” (Connell, 1987). A feminilidade, por sua vez, não parece ser capaz de assumir tal hegemonia (Amâncio, 2004), alcançando, em consequência, mais permeabilidade nas fronteiras de género (Amâncio, 1994). É assim ilustrada a nossa compreensão sobre as relações sociais e sobre os constrangimentos, as reações e os maus-tratos do foro social, de carácter mais moderado com as pessoas que fazem as feminilidades masculinas e mais severo com as pessoas que fazem as masculinidades femininas (Halberstam, 1998).

### 3.2.2 Os/as outros/as

O presente subtema configura-se como o conjunto das diversas relações sociais que os/as participantes têm ou tiveram com os/as outras/os, ou seja, pessoas e contextos significativos. São os/as diversos/as significativos/as nas vidas das pessoas participantes que, em relação social, cooperam/cooperaram (ou não) no processo de expressão dos seus estilos de género não normativos. As/os participantes apresentam como diversos/as significativos/as alguns familiares, algumas amigas, agentes das relações românticas, agentes do contexto escolar e agentes do contexto laboral. O presente subtema ganha destaque pois as expressões de género não normativas não se restringem a processos internos, são também processos relacionais, dinâmicos e sistémicos que intimamente envolvem a família, os/as amigos, os/as companheiros/as das relações românticas, e todo um conjunto de relações sociais significativas (Lev, 2004).

Na família as adaptações são específicas, assim nos explicam os/as participantes do estudo. É importante reter que as pessoas com expressões de género não normativas estão envolvidas numa complexa matriz social e familiar. Pais e mães, assim como irmãos, irmãs, avós, avôs, tios e tias, esforçam-se por compreender os meandros das expressões de género da não normatividade (Lev, 2004; Moreira, 2014), pelo que os filhos e as filhas com expressões de género em não conformidade com as normas esforçam-se por responder às preocupações dos seus familiares perante os seus estilos de género variantes (Lev, 2004). Os discursos dos/as entrevistados/as remetem para um cuidado diferente, uma atenção especial dos/as participantes para com as famílias. Em relação com o subtema seguinte, adaptações das experiências de géneros tendem a acontecer em prol do bem-estar familiar, de um cuidado em não confundir, em não ferir suscetibilidades de familiares que poderão não compreender com clareza as subversões de género. O cuidado no diálogo com os/as familiares é ilustrado com as seguintes unidades de registo:

*“(...) eu vir a explicar e dizer assim: eu quero ter barba, eu quero ter voz grossa, eu não quero ter peito, eu quero não sei o quê, mas eu não me considero um homem, eu acho que isto ia dar um nó na cabeça das pessoas que me são mais queridas [família]. (...)” (D.D.)*

*“(...) É assim, eu tenho idade para fazer aquilo que me dá na realíssima telha sem ter que passar cavaca a ninguém, mas ao mesmo tempo, também já não tenho idade para andar em discussões com os meus pais. Eles já estão velhos e não lhes quero fazer isso (...) e eu hoje, por exemplo, é este brinco, eu se apareço com este brinco em casa já vou ouvir o meu*

*pai. Provavelmente ninguém me vai dizer nada, mas eu vou notar nos olhos deles, sabes? Eu já não preciso desse confronto, eu não preciso de lhes fazer isso. (...)” (C.F.)*

A maioria das pessoas participantes (B.I., C.F., B.Z., B.G., D.E., e D.D.) reconhece que alguns dos seus familiares, intervenientes ativos no sistema de género binário poderão não ser capazes de pensar as normas (de género) de uma forma crítica, sendo que, em consequência, a maioria dos/as participantes têm reações de “proteção” da família, procurando evitar conflitos internos e confusões relativas às categorias às quais os/as participantes (não) pertencem. Tais reações passam por ajustar os vestuários em contexto familiar (B.I. e C.F.), esconder alguns acessórios que denunciam a subversão (C.F. e D.E.) e/ou decidir não explorar o campo do “não binário” nas explicações e conversas familiares (B.G. e D.D.), assim como “desistir” de certas argumentações de afirmação das suas expressões (B.Z.). Estas são algumas das atenuantes das expressões de género não normativas na presença das famílias, não escondendo nem eliminando por completo os seus estilos de género não normativos. Apenas a pessoa participante B.I. optou por suprimir os comportamentos de género subversivos com a família, explica que “não vale a pena” e compreende que a família não compreenda a sua subversão.

As amizades surgem nos discursos de algumas pessoas participantes (B.I., C.F., B.Z., B.G., B.E. e D.E.) como uma forma de inclusão, promotoras de sensações de pertença social, quer pelo desenvolvimento de relações de amizade com pessoas com expressões de género semelhantemente não normativas, ou pelo desenvolvimento de relações de amizade com pessoas compreensivas e não discriminantes. É, não só mas também, com as amizades inclusivas que os/as participantes ganham espaço social para as expressões dos seus géneros e alcançam possibilidades de um maior bem-estar (Morrow, 2006; Nuttbrock; 2009):

*“(...) Basicamente essa consciencialização de mim mesmo e essa aceitação de mim mesmo veio simplesmente com o crescimento e com conhecer novas pessoas, novas amizades, que por sua vez também tinham uma mente muito mais aberta. (...)” (B.I.)*

No foro das relações românticas, os discursos de alguns/algumas participantes (B.I., C.F., B.Z., B.G., D.E. e D.D.) revelam dificuldades emocionais (Lev, 2004) em plena articulação com o último tema da análise, relativo aos processos de subjetivação. Em referência a situações presentes ou passadas, os/as participantes relatam obstruções ao

nível da autoestima como obstáculos para o estabelecimento de relações românticas estáveis, assim como referem a dificuldade em estabelecer relações românticas com a causa atribuída ao facto de se expressarem em não conformidade com as normas de género:

*“(...) então, para mim, sempre foi muito complicado (...) conseguir arranjar um parceiro, por exemplo, por causa desta questão das pessoas terem vergonha de serem vistas comigo em público (...) que é esta questão de eu não me sentir amado, do não sentir que alguém alguma vez vai gostar de mim, que quando as pessoas... Que quando o meu namorado me diz que me ama, ainda assim, ser difícil acreditar que ele realmente me ama e que quer estar comigo. (...)” (B.Z.)*

*“(...) é claro que houve aqui muito sofrimento, é claro que houve aqui muito (...) sobretudo muita incompreensão no sentido de muita dificuldade (...) de encontrar ao longo da vida verdadeiros interlocutores e isto faz com que seja muito difícil, para nós, encontrar um grande amor romântico, se formos por aí. (...)” (D.E.)*

O contexto escolar emerge nos discursos dos/as participantes como um dos primeiros espaços onde são vivenciados os constrangimentos, as reações e os maus-tratos sociais previamente apresentados. Os/as participantes relatam que é na escola que sentem, em primeira instância, as normas sociais e as imposições comportamentais (Platero, 2014) associadas aos géneros, nomeadamente, o que devem ou não fazer, o que podem ou não vestir, como se podem ou não comportar, tendo em conta o polo do binário de género que lhes foi atribuído à nascença em função da genitália (Clarke, et al., 2010):

*“(...) Na escola, sendo tu mais um no meio de tantas crianças, e se foges a essa lógica em que tu tens de te encaixar e comportar de certa maneira, sendo rapaz ou rapariga biológica, e se foges à regra dessa lógica és automaticamente apontado. (...)” (B.I.)*

Também as reações sociais se começam a sentir na escola, assim expressam os/as participantes. Com diferenças marcadas binariamente, participantes cujo sexo (e por conseguinte o género) atribuído à nascença foi o feminino relatam experiências de alguma confusão categorial com a questão constante: “é um rapaz ou uma rapariga?”. Essas confusões incomodaram, nos seus passados, mas as pessoas participantes explicam que com facilidade se apropriaram dessa confusão, sentindo-se bem com ela:

*(...) inicialmente sim... Quando era miúda e me deparei com essa realidade sim, ficava muito indignada, 'ai que raio, sim sou uma miúda mas porque é que me estás a perguntar isso?' Mas depois, ao longo do tempo, com a habituação, e se calhar também com a afirmação da minha personalidade, obviamente tive consciência da minha aparência e lido bem com isso. (...) (B.F.)*

Na experiência de pessoas cujo sexo (e por conseguinte o género) atribuído à nascença foi o masculino, relatam-se momentos de violência severa (psicológica e/ou física), tal como *bullying* e agressões graves, muitas vezes ignoradas pelo olhar escolar e social (Bochenek & Brown, 2001):

*“(...) bateram-me com uns paus, durante um dia, várias vezes ao dia, depois eu fui me queixar e ninguém valorizou aquilo. (...) (D.E.)*

*“(...) na escola isto dava muito azo a esta questão do bullying e da violência e do gozo constante. (...)” (B.Z.)*

As diferenças que se demarcam binariamente no contexto escolar, relativas aos constrangimentos e às reações das/os outros/as, reforçam o impacto da normatividade em associação com a imposição persistente e rígida de expressões de género consideradas masculinas em pessoas cujo sexo atribuído à nascença foi o masculino (Almeida, 1995; Marques, 2011). Esta imposição normativa parece ser mais rígida e opressiva nos corpos considerados masculinos, sendo que a permeabilidade das fronteiras de género, no domínio da feminilidade, parece permitir vivências de subversão de género menos reprimidas socialmente (Halberstam, 1998).

No contexto laboral surgiram alguns relatos nos quais predominou a diversidade de experiências. Para alguns/algumas participantes (B.I., B.Z., B.F. e B.E.) o local de trabalho não traz impedimentos ao nível das expressões de género não normativas:

*“(...) na questão do mundo do trabalho a minha imagem nunca pôs em causa as minhas aptidões. Mas lá está, como trabalhei sempre muito por conta própria (...) portanto a minha imagem acaba por ser uma imagem de marca. (...)” (B.F.)*

Outros/as participantes (D.E., C.F. e B.G.) relatam optar por atenuantes nas suas expressões de género em contexto laboral ou mesmo algumas preocupações com a apresentação, comportamentos e vestuário na procura de emprego (Pepper & Lorah, 2008):



*“(...) Eu fazia os meus pequenos abusos dentro do razoável e aceite na [local de trabalho], obviamente não ia para lá de saia. (...)” (C.F.)*

Mais ainda, surge a referência a experiências que se aproximam de *bullying* no trabalho (Pepper & Lorah, 2008) tal como foi o relato da pessoa participante D.D.:

*“(...) e então lembro-me que estão a entrar colegas na sala, para se iniciar a reunião, e... E elas a rirem-se entre si e a dizer: ‘cheira aqui a homem’, e portanto numa situação, pronto, e eu aí senti, claro, bullying. (...)” (D.D.)*

Sistematizando, no contexto social, os/as outras/os foram enunciados/as pelos discursos dos/as participantes como pessoas significativas para as suas vidas pessoais e sociais, com as quais estabeleceram ou mantêm relações importantes e interferentes nas expressões de género não normativas. Nos contextos escolares, surgiram referências aos constrangimentos e às consequentes reações sociais perante a não normatividade (Platero, 2014). No contexto laboral, como espaço institucionalizado, são passíveis de ser vivenciadas as imposições normativas (Pepper & Lorah, 2008) e as necessidades de adaptação dos estilos de género ao ambiente normativo. Nas relações de amizade destacaram-se importantes relações de inclusão promotoras de maior bem-estar pessoal (Morrow, 2006; Nuttbrock; 2009). Já nas relações românticas sobressaíram algumas fragilidades emocionais associadas com as expressões de género não normativas. Com a família, os diálogos são ajustados com um cuidado especial (Lev, 2004). As pessoas ou os contextos significativos nas experiências dos/as participantes conduzem as suas expressões a algumas adaptações, como será explicado de seguida.

### **3.2.3 Adaptações**

No contexto social emergiram referências às adaptações como um conjunto de proteções face aos constrangimentos e reações vividos no foro social.

A maioria dos/as participantes (B.I., C.F., B.G., B.E., D.E. e D.D) referem recorrer, ou ter recorrido, a atenuantes das suas expressões em associação com algumas pressões sociais relativas às normas de género. Tais atenuantes acontecem ou aconteceram sobretudo em contextos familiares e profissionais, mas também nas suas vidas quotidianas, com particular cuidado no espaço público:

*“(...) de vez em quando não pintava propriamente os olhos de uma forma carregada, mas sujava-os... E ninguém percebia muito bem se eu estava com os olhos pintados ou se estava só com uma noite mal dormida. (...)” (C.F.)*

Também são exploradas as dimensões dos subterfúgios nos discursos dos/as participantes, remetidos ao período da adolescência. Os subterfúgios são apresentados como atalhos para expressões de gênero não normativas, formas alternativas de proceder a subversões sem um significativo condenamento social. Em particular, as pessoas B.I., C.F., B.G. e D.D. referem ter encontrado nas culturas juvenis uma forma de proteção e reação para a subversão de gênero, pois encaminharam o olhar social para expressões como as *“(...) que se aproximava de Punk (...)” (D.D.)*, *“(...) daquele estilo mais de hip-hop (...)” (B.G.)*, *“(...) do estilo agressivo e depressivo (...)” (B.I.)* ou *“do freak, do hippie (...) e depois o vestir todo de preto” (C.F.)*. Tais expressões, embora não normativas, não desafiam as normas de gênero, pelo que as consequências sociais não são tão severas, sendo até justificáveis pelo grupo juvenil de pertença. O seguinte excerto de uma das entrevistas ilustra esta assunção:

*“(...) Dentro dessa subcultura existia também, mesmo dentro dos elementos masculinos, uma abertura para eu me poder maquilhar e então eu via isso como uma espécie de subterfúgio e uma forma de... Quase uma espécie de atalho, de... Ok, eu posso fazer isto e não ser catalogado de efeminado, porque eu encaixo nessa lógica de ok... Eu posso me vestir de preto e se eu pintar a cara de branco ou de pálido, encaixo na mesma e não tenho esse problema. (...)” (B.I.)*

Estudos recentes sobre as culturas juvenis associam a importância dos estilos culturais, na adolescência, às tendências de desinstitucionalização do indivíduo e de transformações estruturais da condição juvenil, pelo que são interpretadas como reações às mudanças que vão ocorrendo na complexidade social (Weller, 2006). Através dos subterfúgios encontrados nas culturas juvenis, as pessoas participantes propõem uma não conformidade com a norma adaptando-se, contudo, ao sistema normativo, e também protegendo-se de eventuais reações sociais, pois a subversão da cultura juvenil impede que seja reconhecida a subversão de gênero.

Nas palavras de alguns/algumas participantes (B.I., C.F., e D.D.) são também mencionados momentos de supressões de comportamentos ou vestuários subversivos. Tais

supressões de género subvertido são referidas como associadas com um determinado contexto específico, de limites severos e conservadores. Mais ainda, no caso do participante B.I., a supressão é referida de um modo global, tendo como ponto de partida os constrangimentos familiares, passando pelos constrangimentos e reações sociais, sendo que, atualmente, a pessoa constringe a sua expressão de género não normativa aos contextos seletivos das subversões, evitando a expressão de género não normativa no quotidiano:

*“(...) O que basicamente resultou disso foi eu ter de me retrair, de certa forma, ter de criar uma espécie de barreira ou uma espécie de fachada em que basicamente, para eu ser aceite num determinado contexto tinha que desempenhar um papel que não era propriamente o mais genuíno. (...)” (B.I.)*

Os contextos seletivos das subversões são mencionados pelos/as participantes B.I., B.Z., B.E. e D.E. e representam o contexto de diversão noturna, onde há momentos e espaços específicos passíveis de maiores libertações de expressões de género não normativas:

*“(...) contextos muito muito para a ‘frentex’, muito de vanguarda nessa ordem, (...) particularmente era o (espaço específico), nessa altura, quando fazemos ali os 16, 17, 18 anos, onde de facto acontecia, nessa altura, toda a violação das normas, de orientação de género, de tudo! Onde as pessoas faziam festas vestidas de homens de mulher, mulheres com bigode, homens com tacho... (...)” (D.E.)*

*“(...) e isso acontece às vezes à noite porque à noite é um contexto social diferente. A verdade é que por circunstância isso proporciona-se muitas mais vezes à noite. E porque a verdade é essa, a noite é muito mais propícia a esse tipo de liberdades (...) e se eu durante o dia tinjo ligeiramente os lábios de vermelho, eu se calhar à noite posso simplesmente passar um batom vermelho vibrante. (...)” (B.I.)*

Em suma, o contexto social remetente ao espaço público, aos/às outros/outras e às adaptações, levam-nos a perceber que é reduzido o espaço social para experienciar, com liberdade, as expressões de género não normativas. Numa rede de constrangimentos e reações sociais, o processo de normalização (Butler, 2004) envia as pessoas com expressões de género em não conformidade com o sistema dominante para um não-lugar

social ou para “fora do lugar” (Bento, 2011), como perceberemos com o desenvolvimento da análise e discussão dos resultados.

### **3.3 Subjetividades**

A presente análise e discussão dos resultados tem demonstrado que o sistema social no qual se inserem os/as participantes apresenta-se como heterossexista, um contexto rígido de normas, pelo que o distanciamento desse sistema contribui para as sensações de injustiça, opressões e violência que os discursos dos/as participantes expõem (Elze, 2006; Grossman, D’Augelli & Salter, 2006).

O presente tema, em relação constante com todos os elementos da análise, configura-se como a consequência, a nível pessoal, do conjunto de interligações estabelecidas entre a pessoa resistente ao processo de normalização e o contexto social de normas de género. São os processos de subjetivação de pessoas que se expressam em não conformidade com as normas binárias, mas que vivem num sistema social que se organiza rigidamente em dois géneros binários.

Nas subjetividades os/as participantes relatam passar por momentos de sofrimento, sobretudo por se encontrarem num não-lugar social de ambiguidades, causando escoriações emocionais e a vitimização, consequência dos maus-tratos sociais previamente enunciados no tema anterior. Surgiram também referências à luta (pessoal e social) como uma questão política, a resistência perante a normalização, a resistência *queer* face às normas de género. De seguida, são apresentados com mais detalhe os subtemas que constituem as subjetividades.

#### **3.3.1 Sofrimento**

Pessoas com expressões de género não normativas, por viverem em conflito com as normas, tendem a desenvolver sensações de não pertença, perceções pessoais como impossibilidades de existência numa organização social de géneros binários (Bento, 2011). Assim, trona-se possível o desenvolvimento de escoriações emocionais sobretudo pela vitimização face à violência social na forma de normas de género.

Uma vez que a ordem de género é constituída pela organização de normas em torno das hegemonias da heterossexualidade e da masculinidade, constituindo um sistema sexista que regula a aceção e a agência do humano (Butler, 1993, 1999), são excluídas da

“conceção da humanidade” pessoas com expressões em não conformidade com o referido sistema de normas (Butler, 2004). Assim, pessoas com expressões de género não normativas, como são as pessoas participantes deste estudo, com expressões *queer* e vivências nas subversões e nas ambivalências da diversidade de géneros, serão posicionadas no limite da inteligibilidade da humanidade (Butler, 2004). Os/as participantes expõem uma relação com o mundo que

apela frequentemente à desconstrução de um sujeito constrangido por noções normativas e binárias de género, de sexo e de sexualidades que, ao mesmo tempo que recompensa algumas pessoas, empurra outras tantas para os confins de um ‘desvio’ que é produto do poder político. (Oliveira et al., 2014, p. 72)

Resultado do processo de normalização (Butler, 2004), o discurso social tende a considerar pessoas com expressões em não conformidade com as normas como “fora do lugar”, pois não existe lugar social para tais pessoas (Bento, 2011). Semelhante ao lugar de ninguém, destacado no processo analítico de Liliana Rodrigues (2016), nos discursos dos/participantes desta investigação são destacados os limbos da normatividade, um não-lugar social, ocupado pelos “géneros ininteligíveis”, aqueles que fraturam a cadeia das normatividades e que passam a ser considerados na abjeção social (Junior, 2012), sendo que, consequentemente, podem sentir o sofrimento inerente.

As escoriações emocionais apresentadas pelos/as participantes dizem respeito a um sofrimento que se demarca binariamente. Como exposto anteriormente, no campo do julgamento social, as subversões no género feminino tendem a ser mais facilmente toleradas do que as subversões no género masculino, por não existirem normas tão rígidas nas feminilidades como são as das masculinidades (Halberstam, 1998). Por conseguinte, os constrangimentos, as reações e os maus-tratos sociais diferenciam-se, tal como o sofrimento associado. Nos discursos de alguns/algumas participantes, surgiram referências a depressão e ansiedade em associação direta com todos os elementos desta análise (B.I., C.F., B.Z., B.G. e D.E.). Também se salientaram medos e receios constantes, associados com o risco, previamente referido, que a subversão de género assume (B.I., B.Z., B.G. e D.E.). Foram também referidas, por todos/as os/as participantes, inquietações emocionais diversas, sensações de injustiça social, de revolta, de escassez de liberdade de expressão, assim como foram mencionadas questões associadas com a autoestima e o bem-estar das pessoas participantes.

Relativamente às subjetividades e ao sofrimento vejamos o excerto de uma entrevista realizada a uma pessoa cujo sexto atribuído à nascença foi o feminino:

*“(...) o que seu sinto... hum... Hoje em dia até sinto graça! Sei lá, não fico incomodada. Houve alturas em que me custou e ficava revoltada mas hoje não me afeta tanto (...) já não dou importância a isso, não me afeta e às vezes até acho... Torna-se engraçado (...)” (B.F.)*

Na relação das subjetividades com o sofrimento é apresentado, de seguida, um excerto de uma entrevista realizada a uma pessoa cujo sexo atribuído à nascença foi o masculino:

*“(...) uma não aceitação de mim mesmo, e uma espécie de ... Ódio a mim mesmo... A depressão vinha muito ligada à falta de autoestima e a falta de autoestima tem muito que ver com uma espécie de não cumprimento ou de expectativas onde tu não consegues superar, não consegues te enquadrar hum... Sob uma série de parâmetros dos quais tu achas que são os ideais e que por isso... Não sei, basicamente isto tinha muito que ver com uma total não-aceitação de mim mesmo, e obviamente não me aceitarei a mim também. (...) Depois com essa depressão também vinha uma espécie de estranha adição por esse sentido de tristeza, porque é quase uma espécie de lugar. (...)” (B.I.)*

No sofrimento das subjetividades, os limbos da normatividade são destacados pelos/as participantes como o não lugar de existência das suas expressões. Por serem não normativas, as expressões de género das pessoas participantes correm o risco de ser mal interpretadas como questões de adaptação social ou questões de “identidade” mal resolvidas (Halberstam, 1998), desta forma, perdem lugar social de existência e de expressão.

### **3.3.2 Luta**

Referências à luta<sup>11</sup> contra o sistema de normas foram uma constante nos discursos dos/as entrevistados/as. Partindo da assunção de singularidade, as pessoas participantes têm vontade de originalidade das expressões de género, com consciência de que o grupo

---

<sup>11</sup> Importa destacar que a luta que emergiu na análise dos discursos das/os participantes não é representada pelo ativismo. É uma luta pessoal mas também coletiva da resistência perante a normalização, da recusa das normas de género, que acontece através das expressões de género não normativas ou com as vontades das mesmas, é uma resistência.

dos “não normativos” parece ser pequeno em comparação com o grupo social das normas. As/os participantes fazem referência a uma luta pela justiça e pela liberdade de expressões de género em diversidade. Os/as entrevistados/as referem sentir a vontade de lutar pela conquista de um espaço social, no sentido de maiores ganhos ao nível do bem-estar, referem também a importância em lutar não só pela liberdade das suas individualidades, mas também pela liberdade do coletivo, uma luta por todas as pessoas com expressões de género não normativas.

Nos discursos dos/as participantes a luta deriva de uma consciência coletiva da tecnologia do género (De Lauretis, 1987) e da recusa de uma institucionalização binária (Sedgwick), pelo que diz respeito à desconstrução de categorias e de “identidades naturais” (Louro, 2001). As referências dos/as participantes são relativas à luta no combate à ordem de género (Oliveira & Nogueira, 2009) na diversidade, na crítica, na oposição a tudo o que é normativo (Spargo, 1999). As pessoas participantes resistem a um sistema que produz os “normais” e os “anormais” (Preciado, 2011). Tal luta, referida pelos/as participantes, é uma questão política pois remete para a esfera pública. Assim, as expressões de género não normativas, experienciadas pelos/as participantes, assumem-se como a luta que exhibe corpos apresentados em não conformidade com a norma, no sentido de provocar reações ou inquietações no campo público. Desta forma, propõe-se a anti-normalização *queer* (Eng, Halberstam, Muñoz, 2005).

As duas unidades de registo, apresentadas de seguida, ilustram a luta como uma questão política, um combate à hegemonia do género:

*“(...) eu vejo isto de facto mais como quase uma obrigação que eu tenho perante a vida, perante as pessoas, perante aquilo que me rodeia, de demonstrar que, quer dizer, que as pessoas são simplesmente seres humanos e que as coisas não se... Não se esgotam no género (...) E eu encaro a luta política, no sentido em que eu verdadeiramente dou à palavra política, ou seja, no sentido público não no sentido partidário. (...)” (D.D.)*

*“(...) então se há realmente um problema com eu apresentar-me desta forma , então eu vou realmente apresentar-me desta forma o máximo que eu conseguir (...) e ao pegar nisso sinto-me super bem, sinto-me super poderoso, porque sinto que estou a fazer para mim e para os outros. (...)” (B.Z.)*

Esta é a luta que propõe desfazer o género (Butler, 2004). É a resistência *queer* contra o sistema de normas dominantes que confere lugar social a pessoas não normativas

nos seus estilos de género (Butler, 1993). Assim, finda-se a análise da mesma forma como como se inaugurou, com as resistências perante a normalização (Butler, 2004).

Após a identificação dos temas e subtemas e ao longo do processo analítico foi possível identificar o organizador central, desidentificações de género, a reflexão principal em torno da qual se agrupam os dados e se estabelecem as relações na análise temática (Braun & Clarke, 2006, 2013). No sentido de compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam os seus géneros, acedemos a um complexo processo de desidentificação (Muñoz, 1999), estratégias de resistência e sobrevivência dos sujeitos “minoritários”, recusas do género normativo (Butler, 1999), ações que atuam dentro e fora da esfera pública dominante e que provocam a sensação de estar fora do lugar (Muñoz, 1999).

Os elementos da investigação convergem na proposta de desidentificação de género. A teoria da desidentificação, proposta por José Esteban Muñoz (1999), reflete a forma como alguns grupos “minoritários” negociam as suas “identidades” num mundo que lhes retira lugar social por não serem normativos. Na desidentificação o sujeito não assimila a norma, mas também não se limita a rejeitar o sistema normativo. A desidentificação é o terceiro passo que vai além das resistências, vai além da inconformidade com as normas, vai além da rejeição do sistema. A desidentificação é a forma de taticamente e simultaneamente trabalhar com e contra a normatividade, é também uma forma de sobrevivência (Muñoz, 1999). Deste modo, os/as participantes do estudo apresentam propostas de desidentificação do género, propondo desconstruir o conceito. Assim, partindo das resistências face às normas de género, os/as participantes afirmam não as assimilar e apresentam as suas inconformidades com o sistema normativo. Também são avançadas as subversões de género que sugerem a fluidez ou fusão daquilo que é socialmente considerado feminino ou masculino. Perante uma organização social de normas de género que gerem constrangimentos e reações, as subjetividades das pessoas participantes mostram ocupar o limbo da normatividade, o não lugar social pelo facto de se expressarem em não conformidade com o sistema normativo. As resistências *queer* das vidas participantes são a luta perante o sistema de normas de género, são a proposta de desidentificação de género.



#### 4. Conclusões

Com a presente investigação propusemos explorar as vivências, as perspetivas e as experiências de pessoas com expressões de género não normativas. Para uma melhor compreensão do fenómeno usámos, como ponto de partida, a exploração da literatura no âmbito dos feminismos, das interseccionalidades, e da forma como é socialmente construído o género. Passámos pelas masculinidades femininas e pelas feminilidades masculinas. Refletimos sobre a teoria *queer* e as propostas de desconstrução do género binário, que, na organização social contemporânea, perdem espaço social.

Recorrendo ao método interpretativo narrativo biográfico (Wengraf, 2015) foram realizadas oito entrevistas a pessoas com expressões de género em não conformidade com as normas binárias, pelo que obtivemos testemunhos de conteúdo significativo e que permitiram tecer a análise que conta as histórias das vivências participantes. Com um comprometido envolvimento com os dados, do processo analítico emergiram vários temas e subtemas que, interligados entre si, constituem a análise temática da dissertação. Assim, o tema resistências engloba a inconformidade com as normas e a desconstrução do género. No contexto social, os/as participantes aludiram ao espaço público do território português em consonância com os constrangimentos e as reações sociais vividas, às vezes até maus-tratos sociais. Também foram referenciadas as diversas pessoas e os diversos contextos significativos para os/as participantes, assim como foram enunciadas as adaptações face à organização social de normas. Por fim, nos testemunhos das pessoas participantes, emergiram as subjetividades e o sofrimento associado, assim como a luta, isto é, a resistência *queer* das experiências das pessoas que colaboraram neste estudo. As explorações analíticas conduziram-nos ao elemento central da análise que anuncia as conclusões do estudo, o organizador central, desidentificação de género.

A análise dos testemunhos elencados e sistematizados neste trabalho permitiu aceder à conclusão principal extraída da análise. Consequência da assunção das subversões, resistindo à normalização e recusando as normas de género, os/as participantes deste estudo, agentes integrantes do mundo social das normas que os/as oprime, descrevem um sentir e um viver que nos encaminhou até às desidentificações, ou seja, aos processos de resistência e sobrevivência, tendo em conta a posição minoritária que os/as entrevistados/as ocupam na organização social (Muñoz, 1999). As desidentificações são as formas de rejeição das “identidades” dominantes, são as estratégias que permitem fazer os

gêneros em não conformidade com a corrente principal, numa tentativa de moldar um mundo de normas trabalhando em, com e contra a ideologia dominante (Muñoz, 1999). No entanto, quando os/as participantes se apresentam contra as normas e contra os processos de normalização, o poder da norma que delimita e define o gênero (Butler, 2004) opera sobre as vidas participantes enviando-as para os limbos da normatividade.

A partir dos discursos dos/as entrevistadas/os percebe-se que a generalidade social, perante a ambivalência de gêneros diversos nas suas expressões, apresenta dificuldades em categorizar as masculinidades femininas ou as feminilidades masculinas, canalizando constrangimentos e reações perante a ambivalência das expressões. Por conseguinte, as/os participantes deste estudo revelam sentir o encaminhamento social para o limbo da normatividade, um lugar de ninguém (Rodrigues, 2016), pois na nossa organização social, não ser totalmente masculino ou não ser totalmente feminina é continuar a ser entendido/a exclusivamente e socialmente em termos de uma relação que engloba o “totalmente masculino” e a “totalmente feminina” (Butler, 2004). O dilema das casas de banho apresentado por Jack Halberstam (1998), referindo-se à sua experiência pessoal, ilustra o enunciado até então: a pessoa de gênero ambíguo apresenta-se como não-mulher (logo homem) e por isso está na casa de banho errada (a das mulheres), então alguém diz: “está na casa de banho errada!” (convidando a sair) E quando Halberstam responde “não, não estou”, a solução é ainda mais desconcertante pois a sua voz identifica-a como não-homem e simultaneamente não-mulher, (Halberstam, 1998). Esta ambiguidade indecifrável ou não categorizável torna a pessoa desviante no gênero, não percebida, remete-a para os limbos da normatividade.

Este estudo também revelou o impacto do contexto social nas vidas das pessoas participantes. Com diferenças marcadas binariamente, foram destacadas dinâmicas importantes das relações sociais a acontecer no espaço público, o local onde, segundo os testemunhos dos/as entrevistadas/os, se sentem os constrangimentos, as reações e por vezes os maus-tratos sociais. As relações sociais destacaram-se, também, quando as pessoas respondentes aludiram aos/às outros/as, ou seja, as pessoas e os contextos significativos nas suas vidas. As amizades foram enunciadas como relações inclusivas e a favor de um maior bem-estar pessoal (Morrow, 2006; Nuttbrock, 2009). Os contextos laboral e escolar destacaram-se como os espaços formais e institucionalizados onde são também sentidos os constrangimentos e as reações sociais (Pepper & Lorah, 2008; Platero, 2014). As relações românticas foram destacadas com fragilidades inerentes aos processos de construção do autoconceito pessoal, em não conformidade com as normas, assim como associadas com

instabilidades ao nível da autoestima. Com a família as relações apresentaram-se com especificidades particulares, pelo que os/as testemunhos das/os participantes mostraram que o diálogo nas relações familiares é ajustado tendo em conta um cuidado próprio pela relação de proximidade familiar que desenvolvem (Lev, 2004).

Neste estudo também emergiram referências às adaptações das/os entrevistados/as perante um sistema de género normativo. Atenuantes, subterfúgios, supressões ou o confinamento aos contextos seletivos das subversões surgiram nos testemunhos das pessoas participantes que colaboraram neste trabalho. A referência a este sistema de proteção e reação à rigidez normativa denuncia os limites das subversões de género, como perceberemos ao longo do desenvolvimento desta secção. Desta forma, compreendemos a ausência de espaço social para fazer os géneros subvertidos, pois em alguns contextos, sobretudo aqueles mais discriminantes, as pessoas participantes têm de recorrer as estratégias alternativas para minimizar o impacto social das suas expressões de género não normativas.

Importa destacar que, no que concerne às consequências sociais e pessoais relativas às experiências de género em não conformidade com as normas, surgem diferenças ao nível dos constrangimentos, das reações, dos maus-tratos sociais, do sofrimento e das escoriações emocionais. Tais diferenças demarcam-se binárias e salientam as dissemelhanças que o impulso da normalização circunscreve nos corpos designados à nascença femininos ou masculinos (L. F. O. Santos, 2009). Assim, os discursos das/os participantes permitem-nos concluir que, nas suas vivências, quando as expressões de géneros diversos são *performatizadas* por corpos designados à nascença como masculinos, estes parecem sofrer em maior escala, intensidade e severidade as consequências sociais ao nível dos constrangimentos, reações e maus-tratos, assim como parecem ser mais veementes os sofrimentos e as escoriações emocionais sentidas. Comparativamente, as experiências das pessoas participantes cujo sexo atribuído à nascença foi o feminino vivem essas consequências sociais e pessoais de um modo mais moderado. A existência de uma organização sobre os géneros que estrutura a masculinidade como hegemónica (Connell, 1987) promove leituras sociais mais discriminantes perante as experiências de género que fazem as masculinidades femininas (L. F. O. Santos, 2009). Pelo contrário, uma vez que a feminilidade não é capaz de assumir tal hegemonia (Amâncio, 2004), o seu comprometimento não parece ser tão ostracizado quanto o comprometimento da categoria masculina. As fronteiras da expressão de género feminina apresentam maior permeabilidade (Amâncio, 1994).

As experiências dos/as participantes permitem perceber que a diversidade de géneros em reflexão afasta-se de uma conceção identitária sobre o género (Lev, 2004). São relatadas experiências de despolarização de géneros, ou seja, subversões de géneros que recusam as normas binárias, pelo que são fundidos ou fluídos os conceitos *genderizados*. Contudo, questões relativas à identidade de género como a experiência interna e pessoal do género, ou como o autoconceito de cada pessoa acerca do seu género, independentemente do seu sexo designado à nascença (Lev, 2004), nunca foram levantadas. As pessoas respondentes reforçam que essa não é a questão, não querem pertencer ao socialmente denominado “lado oposto”. As subversões de género que os/as participantes deste estudo fazem têm como ponto e partida a resistência perante a normalização de corpos, consoante um conjunto de normas de género binárias e rígidas (Butler, 1999) e passam pelas recusas e revoltas contra um sistema sexista e heteronormativo (Spargo, 1999), onde a masculinidade é tendencialmente a hegemonia (Connell, 1995, 2005). As experiências de género não normativas, relatadas neste estudo, são explicadas como simples vontades de subversão, presentes desde as mais precoces memórias e essenciais para a sobrevivência de pessoas que não se conformam com as normas de género. Não se tratam de afirmações de pessoas que experienciam uma “identidade de género” considerada “oposta” à tipicamente associada com o sexo designado à nascença (Lev, 2004). As masculinidades femininas, assim como as feminilidades masculinas, exploradas nesta dissertação, são a resistência perante um sistema de género binário. São propostas de desconstrução, desfazendo o género (Butler, 2004), ou seja, a luta que as/os participantes referem como política, pois remetem à esfera pública.

A resistência, a recusa e a revolta são constantes e importantes reflexões neste estudo. É transversal, nos discursos das/os participantes, a crítica ao sexismo, ao heterossexismo, à *masculinidade hegemónica*, e ao sistema de normas binário que organiza o mundo em dois polos: o masculino e o feminino. Recorrendo a subversões de género *queer*, os/as participantes deste estudo colocam o género em questão, pelo que fazem propostas sociais de despolarizar o conceito em destaque, propõem um género desconstruído, passível de fusão do que é socialmente considerado masculino e feminino, ou de fluidez nas possibilidades de expressões. A proposta é a da alteração da ordem social heteronormativa (Spargo, 1999), a fluidez de existências num horizonte de possibilidades *queer* (Butler, 1993). Sugere-se, nos testemunhos dos/as entrevistadas/os, um espectro contínuo de expressões e experiências, onde as pessoas deixam de ser oprimidas por fazerem as feminilidades masculinas ou as masculinidades femininas, onde,

eventualmente, esses conceitos deixam de fazer sentido. Estas são as estratégias de resistência que acompanham a visão da utopia como o espaço da possibilidade, o cruzamento com as desidentificações (Muñoz, 1999). As pessoas participantes propõem a desidentificação de género.

Os discursos das/os participantes fazem um apelo ao suporte para desconstruções de género. Neste estudo o género está em questão, sendo que, para libertar as pessoas das opressões das normas, os discursos dos/as participantes encaminham para a necessidade de deixar de existir o género como um conceito rígido e passar ser reconstruído como um fluído de possibilidades sem haver categorias privilegiadas, pois a construção do género também se faz por meio da sua desconstrução (De Lauretis, 1987). O género é o instrumento através do qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas pode também ser o mecanismo através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (Butler, 2004). No entanto, os testemunhos das/os participantes também mostraram que a proposta de desconstrução do género deve ser refletida considerando os seus limites.

A falta de liberdade de expressão de género e as sensações de injustiça social foram frequentemente referidas pelas/os participantes do estudo. Os/as entrevistadas/os propõem a destruição do sistema de género binário que sustenta a opressão das pessoas em não conformidade com a norma, no entanto, este sistema permite, também, a localização de muitas outras pessoas no mundo, pelo que a sua eliminação não é fácil (Rodrigues, 2016). Como tal, o sistema de normas impõe limites às experiências participantes, como referido anteriormente. Tais limites concretizam-se com as estratégias de proteção e reação ao sistema de normas, mas também com as dinâmicas sociais que apresentam constrangimentos, reações e até violências, cujo impacto atua ao nível pessoal, nas subjetividades. O sofrimento, na forma das escoriações emocionais, são as consequências pessoais sentidas pelos/as participantes, e ilustram os limites da não normatividade.

Em consequência do exposto até então, surge uma última conclusão em formato de reflexão. Com os testemunhos das pessoas participantes conseguimos aceder aos limites da não normatividade impostos pelas normas que balizam os comportamentos sociais. Tais limites fazem-nos refletir os perigos da subversão de género, também enunciados pelas experiências das/os participantes. Foram destacados medos e ansiedades pelo risco de reações ou maus-tratos sociais. Foram referidos episódios de violência psicológica, violência física, injúrias, insultos, agressões de diversas severidades, até olhares e expressões sociais frequentes que incomodam porque demarcam a diferença. Assim, os

limites e os perigos da subversão de género caminham juntos, são o poder da regulação e da normalização (Foucault, 1979), são a vigilância e a condenação social perpetrada por agentes sociais, individuais ou coletivos, defensores acríticos do binarismo de género normativo. Assim, questionamos: Até que ponto é possível avançar na expressão da não normatividade de género? No limite, o *queer* pode matar? Estas assunções levam-nos a recordar Gisberta Salce Junior, uma mulher trans que no dia 22 de fevereiro de 2006 foi assassinada, na cidade do Porto, vítima de agressões, abusos e torturas perpetradas por um grupo de jovens, ao longo de vários dias (Panteras Rosa, 2006; Rodrigues, 2016). Embora esta dissertação não se foque nas questões das identidades trans, a discriminação interseccional<sup>12</sup> da Gisberta ajuda-nos a ilustrar o caminho violento pelo qual passam ou passaram alguns dos/as participantes deste estudo dada a ambivalência das suas expressões de género não normativas. Tal como exposto por Raquel Lucas Platero (2014), referindo-se às identidades trans, a existência no não normativo coloca muitas pessoas em risco de discriminação, violência, podendo levar até à morte.

Das conclusões enunciadas derivam algumas implicações práticas que abrangem o trabalho direto com as diversidades de géneros. Pessoas com expressões de género em não conformidade com as normas apresentam-se no foro da não normatividade pelo facto de existir um sistema de normas de género rígido e pouco flexível (Butler, 1999). Como tal, parece-nos importante a proposta de desconstrução do constructo *género* pela fusão ou fluidez das suas normas. Assim, propõe-se que os estilos de géneros diversos deixem de ser compreendidos como desvios ou patologias (Gallo, 2016), mas sim como diversidade de expressões.

Importa também investir na formação dos agentes sociais que perpetuam a rigidez de género e o mantêm com normas tão rígidas e opressoras. Seria importante agir diretamente com as famílias, com as escolas e com outras estruturas sociais que organizam a nossa sociedade contemporânea. A proposta é a de uma ação macro e transversal na generalidade social para que a diversidade dos estilos de géneros não normativos, ainda percebidos como ambivalentes, possam ser vividos, sentidos e experienciados sem marcas de diferença nem consequências sociais ou pessoais e, sobretudo, sem constrangimentos, sem reações ou maus-tratos, sem sofrimento nem escoriações emocionais.

---

<sup>12</sup> Gisberta, uma mulher trans, brasileira, imigrante, consumidora de drogas, seropositiva, trabalhadora sexual e em situação de sem abrigo foi vítima da discriminação interseccional das categorias de pertença, consideradas desviantes, foi vítima da invisibilidade social que a discriminação lhe proporcionou, e muito embora a sentença tenha negligenciado, são reais os motivos de transfobia na condução de violências tão severas que conduziram até à morte (Panteras Rosa, 2006; Rodrigues, 2016).

No que respeita às limitações deste estudo, é desde já destacado o tempo disponível para a realização da investigação. O desenvolvimento da dissertação decorreu paralelamente com outras modalidades académicas nas quais esteve incluído o estágio curricular, não coincidente com a temática dissertativa. Desta forma, o tempo dividido entre os vários requisitos académicos poderá ter comprometido algumas particularidades do estudo que não foram aprofundadas como seria desejável. Outra limitação que importa destacar diz respeito ao recrutamento dos/as participantes para apresentação das suas experiências e vidas na não normatividade, esta etapa revelou-se uma das maiores dificuldades sentidas ao longo do desenvolvimento da investigação. Foi sentida alguma resistência em participação no estudo, fator que nos parece estar associado à sensibilidade temática da dissertação que implica a partilha de vidas e experiências que propõem desconstruções e resistências.

Propomos que futuras investigações sejam realizadas no sentido de estudar as possibilidades de introduzir, no domínio social coletivo, propostas de desconstrução do género. Parece-nos importante explorar as dimensões da organização social sobre os géneros, com propostas de condutas não discriminantes. Assim, propomos que futuros sejam desenvolvidos no âmbito das desidentificações de género.

Em suma, consideramos que os objetivos propostos para a presente investigação foram cumpridos. Propusemo-nos a refletir o género na diversidade das suas expressões e acedemos a histórias de vidas ricas de experiências que convidam à desconstrução do género.

## Referências Bibliográficas

- Allen, S. (2014). Whither the transvestite? Theorising male-to-female transvestism in feminist and queer theory. *Feminist Theory*, 15(1) 51-72. doi: 10.1177/1464700113515171
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século Edições, Lda.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2001). O Género na psicologia: Uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, 15(1) 9-26.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Ed.) *Aprender a ser homem: construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte, Lda.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, 19(2), 549-559.
- Berlant, L., & Warner, M. (2002). Sexo en Público. In R. M. M. Jiménez (Ed.) *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer* (pp. 229-257). Barcelona: Icaria Editorial.
- Beauvoir, S. (1949/1967). *O segundo sexo*. (S. Milliet, Trad. 2ª ed. Vol.I). Lisboa: Bertrand.
- Bochenek, M., & Brown, A. W. (2001). *Hatred in the hallways: Violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, and transgender students in US schools*. New York, NY: Human Rights Watch.
- Bourdieu, P. (1998/1999). *A dominação masculina*. (M. S. Pereira, Trad.). Oeiras: Celta Editora.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles: Sage Publications.



- Bullough, V. L., Bullough, B. (1993). *Cross dressing, sex and gender*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Burt, S. (2012). My life as a girl. *VQR*, 88(4) 203-211.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1999). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity* (ed. rev.). New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Carneiro, N. S. (2009). "*Homossexualidades*" uma psicologia entre ser pertencer e participar. Porto: Livpsic.
- Clarke, V. & Peel, E. (2009). From here to queer? Pitfalls and possibilities. *ex aequo*, 20, 41-53.
- Clarke, V., Ellis, S., Peel, E., & Riggs, D. W. (2010) *Lesbian gay bisexual trans & queer psychology: An introduction*. New York: Cambridge University Press.
- Coelho, S. (2009). Por um feminismo *queer*: Beatriz Preciado e a pornografia como pretextos. *ex aequo*, 20, 29-40.
- Collin, P. H. (1991). *Black feminism thought: Knowledge, consciousness, and politics of empowerment*. London: Routledge.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and power: Society, the person, and sexual politics*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829-859
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1) 139-167.
- De Lauretis, T. (1987). *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Bloomington: Indiana University Press.
- Echols, A. (2003). *Daring to be bad – radical feminism in America 1967 – 1975* (6<sup>a</sup> ed.). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Elliott, R., Fischer, C. T., & Rennie, D. L. (1999). Evolving guidelines for publication of qualitative research studies in psychology and related fields. *British Journal of Clinical Psychology*, 38, 215-229.

- Elze, D. E. (2006). Oppression, prejudice, and discrimination. In D. F. Morrow & L. Messinger (Eds.). *Sexual orientation & gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual & transgender people* (pp.129-149). New York: Columbia University Press.
- Eng, D. L., Halberstam, J., & Muñoz, E. (2005). What's queer about queer studies now? *Social Text*, 23(3,4) 1-17.
- Ewald, F. (2000). *Foucault, a norma e o direito* (2ª ed.) Lisboa: Vega.
- Femenías, M. L. (2003). *Judith Butler: Introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos.
- Fontanella, B. J., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1980). "Introduction" to Herculine Barbin. In R. McDougall (Trad.), *Herculine Barbin: Being the Recently Discovered Memoirs of a Nineteenth Century Hermaphrodite* (pp. vii – xvii). New York: Pantheon.
- Foucault, M. (1976/1994). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (P. Tamen, Trad. Vol. I). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Foucault, M. (1971/1997). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (L. F. A. Sampaio, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Gallo, M. (2016). A case study of cross-dressing: Using a strategic therapy Lens in couple's counselling. *The Family Journal: Counselling and therapy for Couples and Families*, 24(1), 77-84. doi: 10.1177/1066480715615630
- Gergen, K. J. (1994). Exploring the postmodern. Perils or potentials? *American Psychologist*, 49(5), 412-416.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2011). *Reflexiones sobre la construcción social*. Barcelona: Paidós Iberica
- Goldman, R. (1996). Who is that queer queer?: Exploring norms around the sexuality, race and class. In B. Beemyn & M. Eliason (Eds.), *Queer studies: A lesbian gay, bisexual and transgender anthology* (pp. 169-183). New York: New York University Press.
- Goodman, L. A. (1961). Snowball sampling: Annals of mathematical statistics. *Institute of Mathematical Statistics*, 32(1), 148-170.

- Grossman, A., D'Augelli, A., & Salter, N. (2006). Male-to-female transgender youth: Gender expression milestones, gender atypicality, victimization, and parents' responses. *Journal of GLBT Family Studies*, 2(1), 71-92, doi: 10.1300/J461v02n01\_04
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Durham: Duke University Press
- Halberstam, J. (2005). *In a queer time and space – transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press.
- Haraway, D. (2000). Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In D. Haraway, H. Kunzru, & T. Tadeu (Eds.) *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano* (2ª ed., pp. 33 -118). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Holmes, C. (2009). Destabilizing homonormativity and the public/private dichotomy in North American lesbian domestic violence discourses. *Gender, Place and Culture*, 16(1), 77-95
- Hotchkiss, V. R. (2012). *Clothes make the man: Female cross dressing in Medieval Europe* (ed. rev.). New York: Routledge.
- Jagose, A. (2009). Feminism's queer theory. *Feminism & Psychology*, 19(2), 157-174. doi: 10.1177/0959353509102152
- Junior, J. L. (2012). Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Estudos Feministas*, 20(2), 559-568.
- Kessler, S. (1990). The medical construction of gender: Case management of intersexed infants. *Signs, Journal of Women in Culture and Society*, 16(1) 3-26.
- Lanz, L. (2014). *O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Panamá, Curitiba, Brasil
- Lanzarini, R. & Machado, I. V. (2010, setembro). Masculinidades públicas: O discurso hegemônico e contra-hegemônico na construção da imagem pelos meios de comunicação de massa. Comunicação apresentada no *II Seminário Nacional de Sociologia & Política*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Lev, A. I. (2004). *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Binghamton, NY: Haworth Press.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (6ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes Lda.

- Louro, G. L. (2001). Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 2, 541-553.
- Marques, A. M. (2004). Os trabalhos da masculinidade. Culturas ocupacionais sob hegemonia masculina. In L. Amâncio (Ed.) *Aprender a ser Homem. Construindo masculinidades*, (pp. 29 – 50). Lisboa: Livros Horizonte
- Marques, A. M. (2011). *Masculinidade e profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Feminist review*, 80, 1-15.
- Millett, K. (1971) *Sexual politics*. London: Hart-Davis.
- Moreira, C. (2014). A caminho da aceitação... Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Morrow, D. F. (2006). Coming out as gay, lesbian, bisexual, and transgender. In D. F. Morrow & L. Messinger (Eds.). *Sexual orientation & gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual & transgender people* (pp.129-149). New York: Columbia University Press.
- Muñoz, J. E. (1999). *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. London: University of Minnesota Press.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Metodologias feministas na psicologia social crítica: A ciência ao serviço da mudança social. *ex aequo*, 11, 123-138.
- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias Feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 408-412.
- Nguyen, A. (2008). Patriarchy, power, and female masculinity, *Journal of Homosexuality*, 55(4), 665-683. doi:10.1080/00918360802498625
- Nogueira, C. (2001a). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia*, XV(1) 43-65.
- Nogueira, C. (2001b). Feminismo e discurso do género na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 13(1) 107-128.
- Nogueira, C. (2001c). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2003, outubro). “Ter” ou “fazer” o género: O dilema das opções epistemológicas em psicologia social. Comunicação apresentada no *XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Estratégias de intervenção – a Psicologia Social no contemporâneo*, Porto Alegre, Brasil.

- Nogueira, C. (2012). O género na psicologia social e as teorias feministas: dois caminhos entrecruzados. In A. M. Jacó-vilela & F. T. Portugal (Eds.) *Clio-psyché: género, psicologia, história* (pp. 43-67). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de “novas responsabilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. V. Zanella, A. L. Brizola, & M. Gesser (Eds.) *Práticas sociais, políticas e direitos humanos* (pp. 227-248). Abrapso.
- Nogueira, C., & Saavedra, L. (2007). Estereótipos de género: conhecer para os transformar. *Cadernos SACAUSEF*, 3, 10-30.
- Nuttbrock, L.A. et al., (2009). Gender identity affirmation among male-to-female transgender persons: A life course analysis across types of relationships and cultural/lifestyle factors. *Sexual and Relationship Therapy*, 24(2), 108-125. doi: 10.1080/14681990902926764
- Oakley, A. (1972). *Sex, Gender and Society*. London: Temple Smith.
- Oliveira, J. M. (2010a). Orientação Sexual e Identidade de Género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.) *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 19-44). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, J. M. (2010b). Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *ex aequo*, 22, 25-39.
- Oliveira, J. M. (2012). O rizoma de “género”: Cartografia de três genealogias. *E-cadernos CES*, 15, 33-54.
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: Desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3) 597 – 615.
- Oliveira, J. M., Costa, C. G., & Carneiro, N. S. (2014). Problematizando a Humanidade: Para uma psicologia crítica feminista queer. *Annual Review of Critical Psychology*. 11, 59-77.
- Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2009) Introdução: um lugar feminista *queer* e o prazer da confusão de fronteiras. *ex aequo*, 20, 9-12.
- Oliveira, J. M., Pinto, P., Pena, C., & Costa, C. G. (2009). Feminismos *queer* : Disjunções, articulações e ressignificações. *ex aequo*, 20, 13–27.

- Panteras Rosa (2006). A vergonha que se esperava. Obtido em: [http://www.panterasrosa.blogspot.pt/2006\\_07\\_01\\_archive.html](http://www.panterasrosa.blogspot.pt/2006_07_01_archive.html)
- Parker, I. (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications.
- Penedo, S. L. (2008). *El labirinto queer: La identidad en tiempos de neoliberalismo*. Madrid: Egales Editorial.
- Pepper, S. M., & Lorah, P. (2008). Career issues and workplace considerations for the transsexual community: Bridging a gap of knowledge for career counsellors and mental health care providers. *The Career Development Quarterly*, 56, 330-343
- Platero, R. L. (2014). *Trans\*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Preciado, B. (2002). *Manifiesto contrassexual*. Madrid: Opera Prima.
- Preciado, B. (2011). Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, 19(1), 11-20.
- Rodrigues, L. (2016). *Viagens Trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação Psicológica Feminista Crítica* (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Roseneil, S. (2006). Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise *queer* das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 33-51. doi: 10.4000/rccs.818
- Saavedra, L., & Nogueira, C. (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127.
- Saleiro, S. P. (2014, abril). Entre “sapos” e “princesas”: modos, tempos e espaços de vivência *cross-dressing*. Comunicação apresentada no VIII Congresso português de sociologia.: 40 anos de democracia(s) progressos, contradições e prospetivas, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Santos, A. C. (2006). Estudos *queer*: Identidades, contextos e ação coletiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 3-15.
- Santos, A. C. (2009). Molduras públicas de performatividade *queer* e representação mediática em Portugal. *ex aequo*, 20, 97-112.
- Santos, L. F. O. (2009). *Tornar-se homem: Dramaturgias em torno das apresentações de si, das emoções e dos afetos em palcos offline e online* (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.

- Schippers, M. (2007). Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony. *Theor Soc*, 36, 85-103. doi: 10.1007/s11186-007-9022-4
- Scott, J. W. (1988). Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*, 14(1), 32-50.
- Sedgwick, E. (1990). *Epistemologies of the closet*. Berkeley: University of California Press.
- Segal, L. (1999). *Why feminism? Gender, psychology, politics*. Cambridge: Polity.
- Souza, E. M., & Carrieri, A. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Mackenzie*, 11(3), 46-70.
- Spargo, T. (1999). *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Stoller, R. (1968). *Sex and gender*. London: Karnac Books.
- Swain, J. (2006). Reflections on patterns of masculinity in school settings. *Men and Masculinities*, 8(3), 331-349.
- Swain, T. N. (2001). Para além do binário: os queers e o heterogênero. *Gênero*, 2(1), 87-98.
- Warner, M. (1991). Introduction: fear of queer planet. *Social Text*, 29, 3-17
- Weller, W. (2006). A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: A arte de se tornar visível. *Estudos Feministas*, 13(1), 107-126.
- Welzer-Lang, D. (2001). The construction of the masculine: Women's domination and homophobia. *Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- Wengraf, T. (2004). *The biographic-narrative interpretive method (BNIM) – Shortguide*. Manuscrito não publicado. Disponível através de [tom@tomwengraf.com](mailto:tom@tomwengraf.com)
- Wengraf, T. (2015). *Quick outline sketch of BNIM*. Manuscrito não publicado. Disponível através de [tom@tomwengraf.com](mailto:tom@tomwengraf.com)
- West, C., & Zimmerman, D. (1987). Doing gender. *Gender and Society*, 1(2), 125-151.
- Willig, C. (2010) *Introducing qualitative research in psychology*. New Delhi: Tata McGraw-Hill.
- Wittig, M. (1990). The straight mind. In F. Ferguson, M. Gever, T. T. Minh-ha, & C. West (Eds.) *Out there: Marginalization and contemporary cultures* (pp. 51-57). New York: The MIT Press.
- Wittig, M. (2006) *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales Editorial.

## **Anexos**



## **Anexo 1. Apresentação do Projeto de Investigação**

Desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, o estudo pretende recolher informações, experiências e vivências acerca das questões associadas com expressões de género não normativas, como são os estilos de géneros não binários.

Convidamos à participação no projeto de Mestrado da Ana Rita Guerra Grave que se intitula, provisoriamente, “Limbo da normatividade, reflexões sobre o género humano na extensão de experiências em não conformidade com as normas binárias”, sob a orientação científica da Professora Doutora Conceição Nogueira e do Doutor João Manuel de Oliveira. Será desenvolvida uma entrevista e respetivo registo áudio, sendo que todos os dados e esclarecimentos recolhidos são estritamente confidenciais, estando garantido o seu sigilo e anonimato, pelo que serão apenas usados para fins de investigação científica, de acordo com as Leis de Proteção de Dados de Portugal (Decreto-Lei nº 67/98 de 26 de outubro).

Porto, 2016

Rita Grave

[anaritagueragrave@gmail.com](mailto:anaritagueragrave@gmail.com)

## Anexo 2. Roteiro de Suporte à Condução da Entrevista

### 1. Sessão um: *The single-question initial subsession (SQUIN)*

Fale-me, por favor, sobre a sua experiência de género na sua história de vida. Descreva todas as experiências e eventos que foram importantes para si até ao momento e neste âmbito. Narre o seu sentir, o seu viver e o seu experienciar do(s) seu(s) género(s).

Comece quando quiser, tome o tempo que precisar, eu irei ouvir, no início, sem interromper. Apenas tirarei algumas notas, caso fique com algumas questões, que poderemos discutir depois de me falar sobre tudo o que entender.

Se a pessoa participante tiver dificuldade em desenvolver, então lançar questões como:

- Poderá, por favor, falar-me de todos os eventos e experiências importantes para si, como é que tudo se tem desenvolvido até então, tudo o que é pessoalmente relevante para si sobre a sua experiência de género?
- Poderá começar, por favor, por falar-me do momento em que as experiências de género(s) não normativas começaram a ser importante para si?

É importante facilitar mas nunca direccionar. Tirar notas com atenção à ordem enunciada e sendo fiel ao que é dito. Não interromper. O/a entrevistado/a diz-nos quando parar.

Tópicos Enunciados pela Pessoa Participante
1.
2
3.
4.
5.
6.
7.
8.
...

## 2. Sessão dois: *Narrative follow-up*

Agora gostaria de esclarecer consigo algumas questões sobre o que me contou até agora.

Disse-me que teve...	...Pode dar-me mais pormenores sobre o incidente? Como é que tudo aconteceu?
Disse-me que experienciou...	... Pode explicar mais detalhadamente o que aconteceu?
Disse-me “ <i>citação direta</i> ”...	... consegue lembrar-se de mais detalhes sobre como geriu essa situação?
Referiu que “ <i>citação direta</i> ”...	...consegue lembrar-se quais foram os seus pensamentos e emoções nesse momento?

É importante questionar apenas sobre tópicos enunciados na Sessão 1 e apenas na ordem em que foram evocados pelo sujeito, usando as palavras do narrador.

Continuar a tirar notas sobre novos tópicos que podem surgir, pela ordem apresentada e respeitando o que é dito.

Tópicos Enunciados pela Pessoa Participante
1.
2
3.
4.
5.
6.
7.
8.
...

### **3. Sessão três: *A second interview* (opcional)**

3.1 Se necessário reevocar novos tópicos que tenham surgido na sessão dois, utilizando o mesmo procedimento da sessão anterior. (opcional)

3.2 Gostaria ainda de conversar consigo sobre outras configurações no âmbito das suas experiências de género em não conformidade com as normas binárias: (opcional)

- O que é para si uma experiência de género? Como vive e como experiencia o conceito? (Onde? Quando? E como?)
- Quais as suas motivações para experienciar uma performance de género não normativa? (Os seus porquê... O que o/a levou a...)
- Se for possível enunciar um início, quando sentiu que as experiências de género em não conformidade com as normas sociais binárias começaram a fazer sentido para si?
- Com quem partilha ou vive esses momentos e ocasiões? Com quem não partilha e porquê?
- Como são as reações dos/as outros/as significativos? (Quem? E que reações?)
- Como são as reações da sociedade em geral? (Quem? E que reações?)

### **4. Finalizar...**

4.1 Há algo mais que queira acrescentar?

4.2 Como se sentiu durante a realização da entrevista?

### **5. O *debriefing***

Depois da entrevista a investigadora deve evocar e escrever sobre tudo o que lhe ocorrer relativamente à mesma.

### **Anexo 3. Declaração de Consentimento Informado**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro ter sido informado/a sobre o estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, no qual se pretende recolher informações, experiências e vivências acerca das questões associadas com experiências de género não normativas. Fui convidado/a a participar no projeto de Mestrado da Ana Rita Guerra Grave que se intitula, provisoriamente, “Limbos da normatividade, reflexões sobre o género humano na extensão de experiências em não conformidade com as normas binárias”, sob a orientação científica da Professora Doutora Conceição Nogueira e do Doutor João Manuel de Oliveira.

Declaro, ainda, ter sido informado/a que o referido estudo se trata de um elemento meramente académico, enquadrando-se no âmbito de uma investigação em desenvolvimento, para que, no seu final, seja possível produzir uma dissertação.

Mais fui informada/o que todos os dados e esclarecimentos recolhidos são estritamente confidenciais, estando garantido o seu sigilo e anonimato, pelo que serão apenas usados para fins de investigação científica, de acordo com as Leis de Proteção de Dados de Portugal (Decreto-Lei nº 67/98 de 26 de outubro).

Foram-me prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e procedimentos do estudo, e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Além disso, fui informado/a de que tenho o direito de recusar, em qualquer altura, a minha participação neste estudo. Fui ainda informado/a de que terei acesso a todas as publicações resultantes do projeto e que se relacionem com a minha colaboração no mesmo.

Nos termos expostos e encontrando-me consciente dos objetivos do estudo e da entrevista, declaro expressamente autorizar o registo áudio da mesma, por forma a permitir a sua posterior análise e interpretação de conclusões. Aceito, também, que minhas respostas sejam posteriormente utilizadas para publicação científica.

É possível contactar a investigadora Rita Grave através do correio eletrónico [anaritaguerragrave@gmail.com](mailto:anaritaguerragrave@gmail.com) para esclarecimento de questões associada com a investigação.

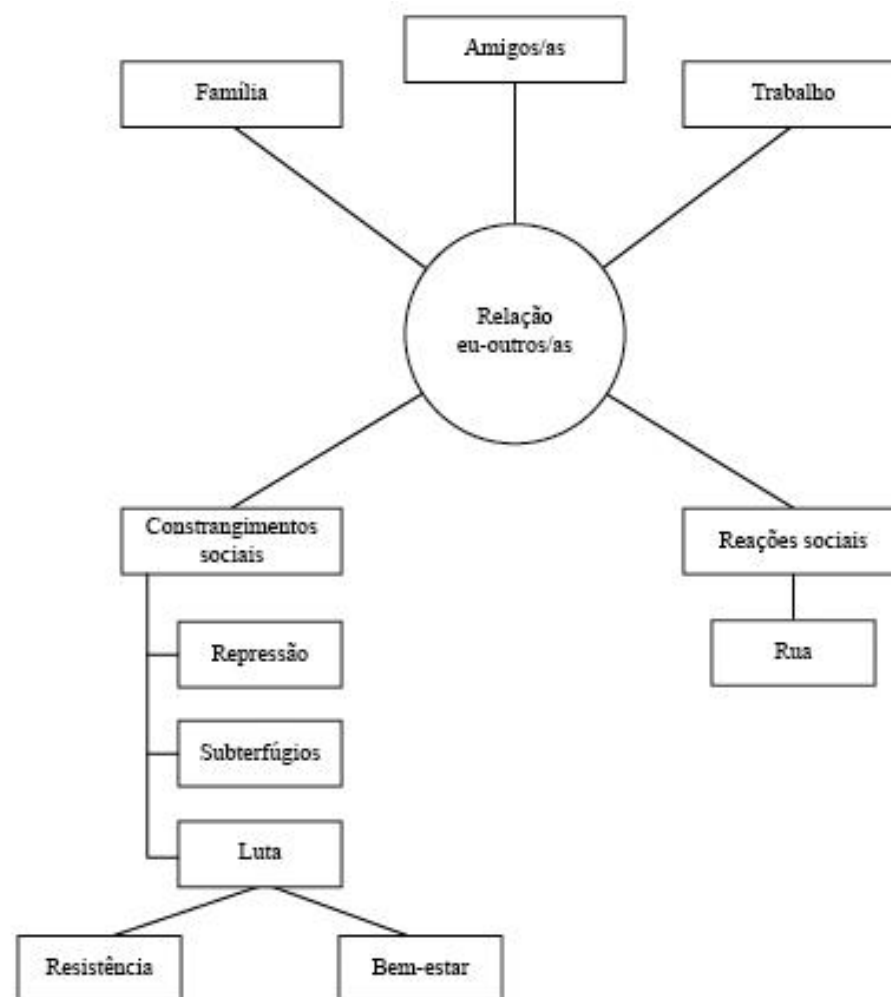
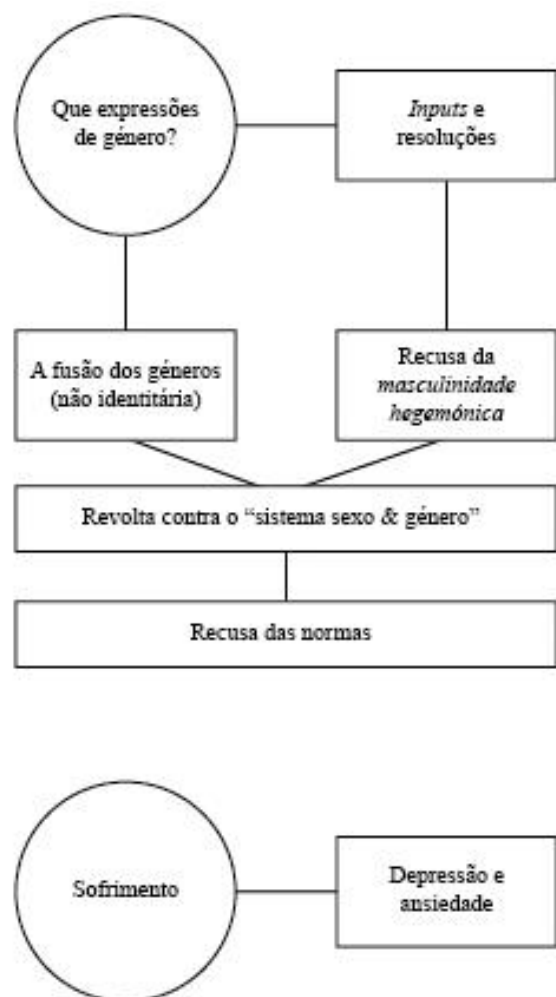
**Participante:** \_\_\_\_\_

**Local:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

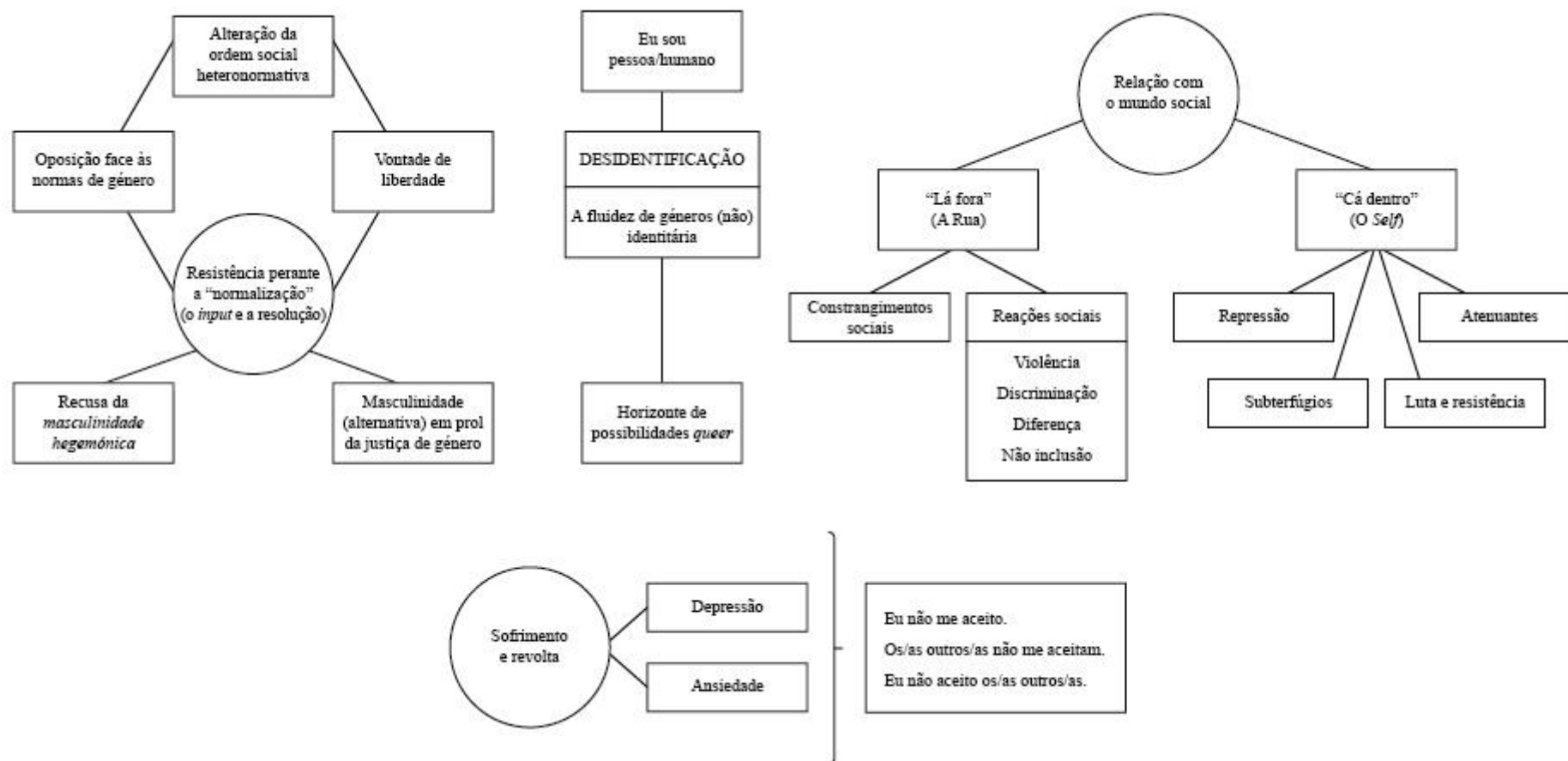
**Investigadora:** \_\_\_\_\_

**Local:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_\_

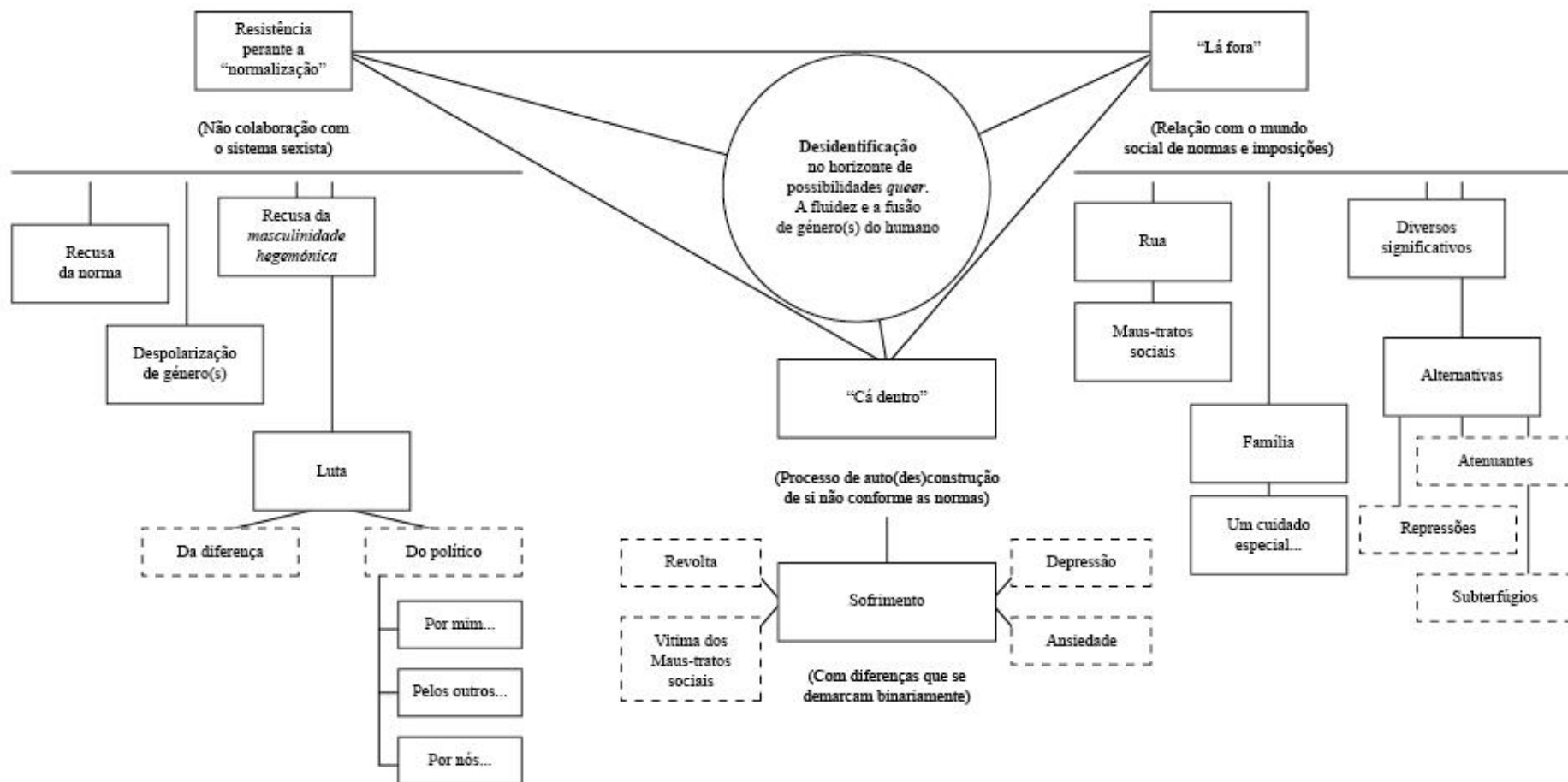
#### Anexo 4. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 1



## Anexo 5. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 2

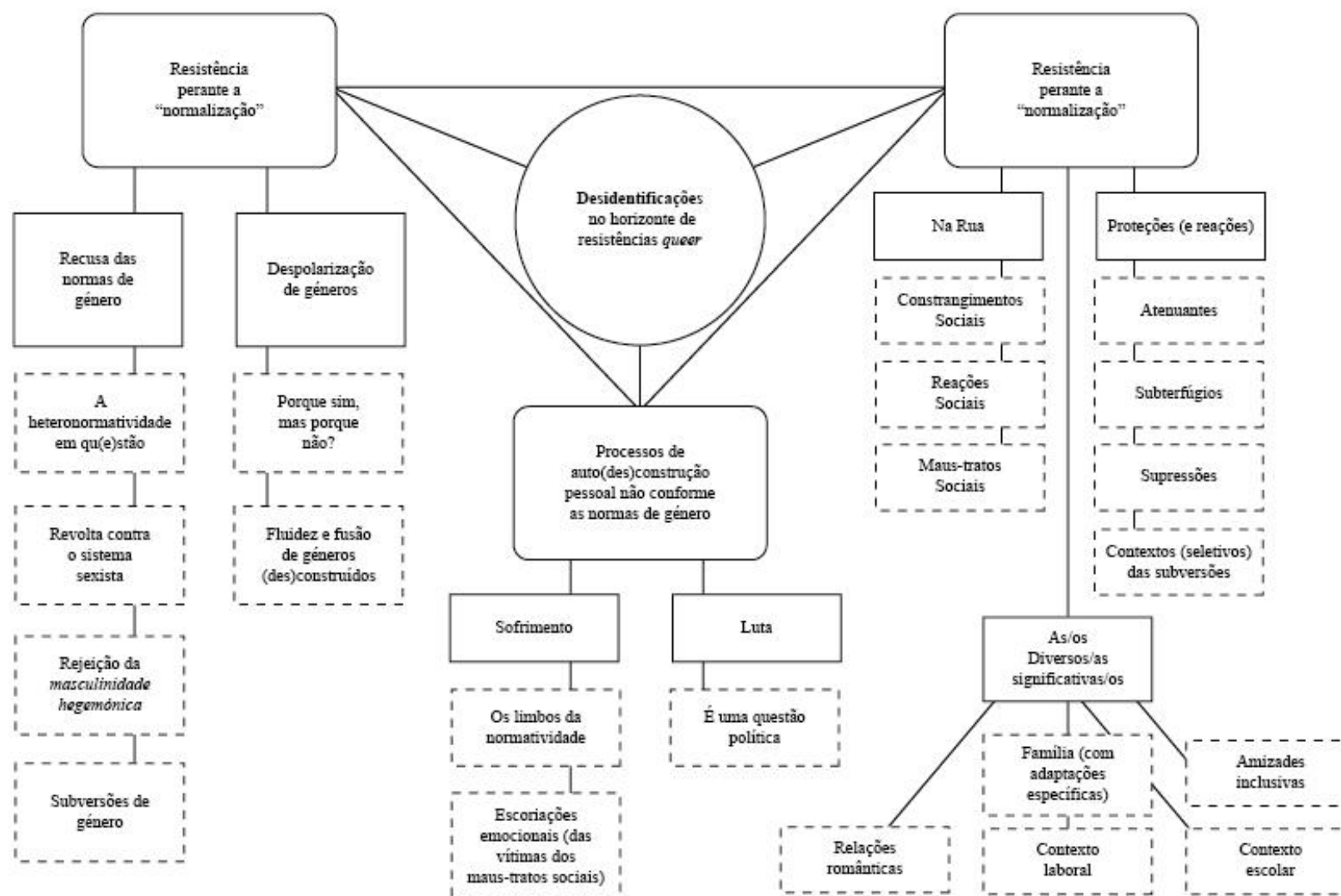


### Anexo 6. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 3





## Anexo 7. Mapa Temático da Análise em Processo: Etapa 4



## Anexo 8. Mapa Temático da Análise Detalhado

